

Plano Pluri Anual

2016-2019

Sumário Executivo

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Plano Pluri Anual

2016-2019

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial de Fazenda

Waldery Rodrigues Júnior

Secretário de Avaliação , Planejamento, Energia e Loteria - Interino

Nelson Leitão Paes

Subsecretário de Planejamento Governamental

Fernando Sertã Meressi

Equipe Técnica

Antônio Paulo Barêa Coutinho

Daniel Souza Coelho

Debora Nogueira Beserra

Dorotea Blos

Eduardo Augusto de Abreu Costa

Eduardo Rodrigues da Silva

Ernesto Batista da Silva Filho

Flávia Pedrosa Pereira

Luis Fernando Magnani de Oliveira

Nivaldo de Oliveira Sousa

Paulo Sérgio Alves Pinto

Rafael Martins Neto

Roberto Wagner da Silva Rodrigues

**Plano
Pluri
Anual**

2016-2019

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO

Exercício 2019

APRESENTAÇÃO

O Governo Federal apresenta ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019, exercício 2019, contendo a descrição dos principais resultados obtidos no ano a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas temáticos do plano, bem como trazendo um balanço das realizações durante esse ciclo do Plano Plurianual (PPA).

Além de cumprir a determinação legal contida na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019, cuja implementação é regulamentada pelo Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016, o presente Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA vigente, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos, ampliando a quantidade e melhorando a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à população. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo país na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Este Relatório está organizado em dois volumes, sendo o primeiro relativo à avaliação geral e temática do PPA, e o segundo reservado aos quadros demonstrativos da evolução dos indicadores, das metas e dos recursos orçamentários e financeiros. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama abrangente do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

Este Relatório apresenta, em sua introdução, a estrutura e a metodologia do PPA 2016-2019. Na sequência, consta a análise do comportamento das variáveis macroeconômicas mais relevantes durante o período do Plano. O Sumário Executivo traz grandes números referentes à evolução do PPA e o resumo dos principais destaques observados até o exercício de 2019. Além disso, é apresentada as avaliações dos programas organizadas conforme as seguintes áreas temáticas: Social e Segurança Pública, Infraestrutura, Desenvolvimento Produtivo e Ambiental e Temas Especiais. Essas avaliações foram organizadas a partir de informações fornecidas pelos órgãos do governo federal relativas à execução dos anos de 2016 a 2019, e abrangem os 54 programas temáticos do PPA 2016-2019, considerando as informações do monitoramento relacionadas às análises situacionais dos objetivos e às metas de cada programa, bem como as considerações dos órgãos executores sobre os principais indicadores, estratégias e resultados das políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O planejamento das políticas públicas do governo federal tem como um de seus principais instrumentos o Plano Plurianual, ou PPA, que possui a função de aprimorar a ação governamental em conjunto com outras ferramentas importantes, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O projeto de desenvolvimento consolidado no PPA busca conciliar o crescimento econômico com a inclusão social. As expectativas crescentes da sociedade exigem esforços cada vez maiores do Estado, seja com serviços públicos de melhor qualidade, seja com mais investimentos em infraestrutura, aumentando a competitividade da economia e a qualidade de vida das pessoas, e ainda preservando o equilíbrio fiscal e buscando o progresso econômico com sustentabilidade e estabilidade. Para enfrentar esses desafios e aproximar cada vez mais as políticas públicas da realidade e dos anseios da sociedade, foram empreendidas melhorias com a finalidade de aprimorar tanto o próprio PPA quanto o seu processo de construção, fortalecendo seu caráter de espaço institucional de organização da atuação governamental.

Estrutura e Metodologia do PPA 2016-2019

O Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019 traz elementos consistentes com os planos anteriores e também apresenta algumas inovações que dão sequência ao processo permanente de aperfeiçoamento metodológico do planejamento no governo federal. Seus atributos estão relacionados aos seus programas temáticos, incluindo indicadores, e podem ser organizados em agendas transversais e específicas, num arranjo que auxilia tanto no desenho das políticas públicas quanto no seu acompanhamento pela administração.

Conforme previsto na Mensagem Presidencial que encaminhou o PPA 2016-2019, sua estrutura é dividida em dois grandes blocos: a dimensão estratégica e a dimensão tática ou programática, explicitadas na Figura 1 abaixo. A dimensão estratégica é subdividida em visão de futuro, eixos e diretrizes estratégicas, enquanto a dimensão programática compreende os programas temáticos e os programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado. Essas duas dimensões são ancoradas na dimensão operacional, que não está detalhada na Lei do PPA, e que compreende os recursos orçamentários e de outras fontes, necessários ao financiamento da execução das políticas públicas.

Figura 1 – Dimensões do PPA 2016-2019



Elaboração: SECAP/FAZENDA/ME

O PPA 2016-2019 foi elaborado mediante um processo de ampla discussão dentro do governo federal, com o envolvimento de diversos órgãos, e também de efetiva participação social, recebendo contribuições de pessoas e entidades representativas dos mais variados segmentos da sociedade.

Em que pese a metodologia do PPA 2016-2019 ter preservado a essência da estrutura e dos conceitos consolidados nas edições anteriores, também incorporou algumas novidades. As mudanças concentraram-se essencialmente em dois pontos. O primeiro foi reforçar o caráter estratégico do Plano Plurianual, na medida em que contém uma visão de futuro e um conjunto de eixos e diretrizes que orientam a construção dos programas temáticos, expressando os cursos de ação propostos para o alcance dos resultados planejados. Existe uma conexão lógica que permite visualizar como a proposta anunciada na dimensão estratégica orienta as escolhas das políticas públicas materializadas em objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos, expostos na dimensão programática. O segundo ponto de mudança teve como foco qualificar o conteúdo dos programas temáticos, que passam a expressar com maior clareza as escolhas de política pública para cada área por meio de seus atributos, que expressam as entregas mais relevantes e estruturantes para sua implementação.

A participação social na gestão pública aparece com destaque no PPA 2016-2019, não somente como diretriz para a implementação das políticas públicas, como também na sua fase de elaboração e planejamento, seja na estratégia de reconhecimento do papel da sociedade, seja na forma de aperfeiçoamento da ação governamental.

Na sua dimensão estratégica, o PPA 2016-2019 assume como visão de futuro um Brasil que se reconheça e seja reconhecido como:

- Uma sociedade inclusiva, democrática e mais igualitária, com educação de qualidade, respeito e valorização da diversidade e que tenha superado a extrema pobreza;

- Uma economia sólida, dinâmica e sustentável, capaz de expandir e renovar competitivamente sua estrutura produtiva com geração de empregos de qualidade e com respeito ao meio ambiente.

O PPA 2016-2019 reforça o compromisso pela promoção do desenvolvimento econômico e social, com redução da desigualdade e criação de amplas oportunidades, traduzido nos seguintes eixos estratégicos:

- Educação de qualidade como caminho para a cidadania e o desenvolvimento social e econômico;
- Inclusão social e redução das desigualdades, com melhor distribuição das oportunidades e do acesso a bens e serviços públicos de qualidade;
- Ampliação da produtividade e da competitividade da economia, com fundamentos macroeconômicos sólidos, sustentabilidade e ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura;
- Fortalecimento das instituições públicas, com participação e controle social, transparência e qualidade na gestão.

Para a superação dos desafios compreendidos em cada eixo estratégico, existe um conjunto de diretrizes que norteiam as principais agendas para o período de 2016 a 2019. O vínculo entre as diretrizes e os eixos não é rígido, podendo uma mesma diretriz colaborar para mais de um eixo estratégico e diversos programas temáticos. As 28 diretrizes do PPA são as seguintes:

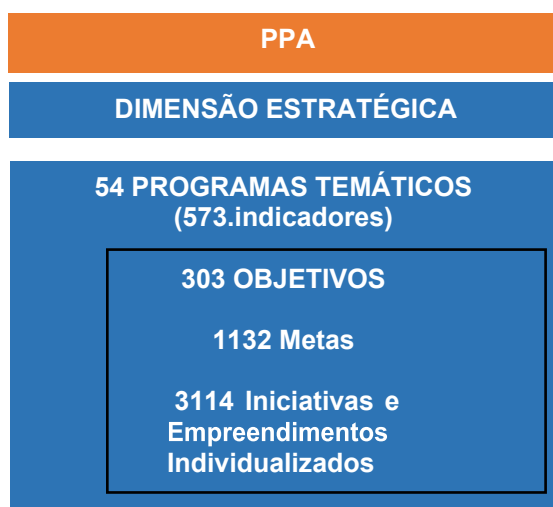
- Combate à pobreza e redução das desigualdades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade.
- Promoção da qualidade e ampliação do acesso à educação com equidade, articulando os diferentes níveis, modalidades e sistemas, garantindo condições de permanência e aprendizado e valorizando a diversidade.
- Promoção do emprego e do trabalho decente, com garantia de direitos trabalhistas, qualificação profissional e o fortalecimento do sistema público de emprego.
- Garantia de acesso universal aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, com foco na integralidade e qualidade do atendimento e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS.
- Garantia de acesso da população ao sistema previdenciário, com qualidade e equidade no atendimento e melhoria da gestão, contribuindo para a sustentabilidade do sistema.
- Garantia de acesso com qualidade aos serviços de assistência social, por meio da consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
- Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.
- Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.
- Promoção da igualdade de gênero e étnico-racial e superação do racismo, respeitando a diversidade das relações humanas.

- Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.
- Fortalecimento da governança fundiária e promoção da reforma agrária e da proteção dos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e quilombolas.
- Promoção do direito à comunicação e à inclusão digital, ampliando o acesso à Internet banda larga e expandindo a oferta de serviços e conteúdos de telecomunicações.
- Fortalecimento da segurança pública e redução de homicídios, com integração de políticas públicas entre os entes federados, controle de fronteiras e promoção de uma cultura de paz.
- Promoção do desenvolvimento urbano integrado e sustentável, ampliando e melhorando as condições de moradia, saneamento, acessibilidade, mobilidade urbana e trânsito, com qualidade ambiental.
- Promoção da segurança hídrica, com investimentos em infraestrutura e aprimoramento da gestão compartilhada e da conservação da água.
- Promoção da conservação, da recuperação e do uso sustentável dos recursos naturais.
- Ampliação das capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
- Redução das desigualdades regionais e intrarregionais e promoção do desenvolvimento territorial sustentável, respeitando as identidades e a diversidade cultural.
- Promoção do desenvolvimento cultural e artístico e acesso à cultura, com valorização da diversidade e fortalecimento da economia da cultura.
- Promoção da democratização do acesso ao esporte, da formação esportiva e da preparação de atletas, com foco na elevação da qualidade de vida da população.
- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.
- Promoção do desenvolvimento econômico, melhoria do ambiente de negócios e da concorrência, com justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas.
- Fortalecimento das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais, e promoção do trabalho associado, da cooperação, da autogestão e dos empreendimentos solidários.
- Ampliação da atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, agregando valor, conteúdo tecnológico, e diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.
- Investimentos na melhoria do transporte de passageiros e de carga, buscando a integração modal, a eficiência da rede de transporte, a competitividade do país, o desenvolvimento sustentável e a integração regional, nacional e sul-americana.
- Promoção de investimentos para ampliação da oferta de energia e da produção de combustíveis, com ênfase em fontes renováveis.
- Garantia da defesa nacional e da integridade territorial, e promoção da paz, dos direitos humanos e da cooperação entre as nações.
- Fortalecimento da capacidade de gestão do Estado, com foco no aumento da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, na qualidade do gasto, na

transparência, na comunicação e participação social, bem como da prevenção e do combate à corrupção.

De forma articulada com essas 28 diretrizes estratégicas e os quatro eixos estratégicos, a construção do PPA 2016-2019 resultou em 54 programas temáticos, que apontam os caminhos a serem percorridos pela ação do governo federal até 2019, por meio de seus 573 indicadores, 303 objetivos, com 1.132 metas e 3.114 iniciativas, conforme Figura 2 abaixo. O valor global do PPA atualizado em 2019 para o conjunto dos quatro anos entre 2016 e 2019 atinge R\$ 7,9 trilhões, incluindo recursos orçamentários e financiamentos extraorçamentários.

Figura 2 – Plano Plurianual 2016-2019 (Ano-base 2019)



Elaboração: SECAP/FAZENDA/ME

Os programas temáticos estruturam o PPA 2016-2019, com declarações e compromissos orientadores do orçamento. Além disso, expressam os recortes de políticas públicas tais como reconhecidos pelo governo em uma linguagem mais acessível à sociedade. Cada programa possui objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos individualizados, que, no seu conjunto, expressam o que será feito, em que intensidade, quais os resultados pretendidos e como será feito. Os objetivos asseguram o vínculo com as ações orçamentárias detalhadas nas Leis Orçamentárias Anuais e com os Financiamentos Extraorçamentários, nos casos previstos. O esquema representado na Figura 3 abaixo sintetiza os principais conceitos do Plano Plurianual.

Figura 3 – Estrutura do PPA 2016-2019



Elaboração: SECAP/FAZENDA/ME

O resultado consolidado do trabalho de elaboração do PPA 2016-2019 pode ser acessado pelo link <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>. Nesse espaço, são apresentados todos os documentos relevantes associados ao PPA para consulta pela sociedade, incluindo edições anteriores.

Monitoramento do PPA 2016-2019

O trabalho de monitoramento do PPA está orientado para produzir informações e conhecimentos no intuito de aperfeiçoar a implementação das políticas públicas, ampliando a quantidade e melhorando a qualidade dos bens e serviços prestados à população.

O processo de monitoramento e avaliação do PPA 2016-2019 tem seus critérios e procedimentos definidos pelo Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016, que regulamenta a implementação da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual vigente. Esse processo também é detalhado pela Portaria nº 347, de 14 de novembro de 2016, e ainda pelas Portarias nº 19, de 3 de fevereiro de 2017, e nº 200, de 28 de junho de 2017, todas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O monitoramento do PPA 2016-2019 incide sobre os programas temáticos, incluindo seus indicadores, objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos individualizados, bem como as variáveis macroeconômicas que embasaram sua elaboração. A captação da

maior parte das informações sobre os programas temáticos ocorre junto aos órgãos executores.

Os programas temáticos estruturam o PPA 2016-2019 com declarações e compromissos orientadores da ação governamental. Dessa forma, a estratégia de monitoramento e avaliação do PPA 2016-2019 está centrada no alcance das prioridades da administração pública federal. Isto significa acompanhar a execução de cada programa com flexibilidade, visando à adequação às suas especificidades, e respeitando a forma de organização e a disponibilidade de informações em cada caso. A prática da gestão do Plano Plurianual busca também a adoção de mecanismos de estímulo à participação da sociedade e à cooperação federativa, com intercâmbio e disseminação de informações.

O monitoramento representa fonte de aprendizado sobre a realidade de implementação e execução das políticas públicas e visa informar e subsidiar os processos de tomada de decisão. Isso requer um monitoramento dinâmico, sistêmico e abrangente nas diversas dimensões das políticas públicas. Nesse sentido, são relevantes as informações sobre a implementação de programas e políticas prioritárias, agendas transversais e ainda ações voltadas para públicos específicos. Também é propósito do monitoramento captar subsídios para orientar a revisão do Plano Plurianual.

Esse esforço serve para fortalecer a capacidade institucional dos órgãos para as ações de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas. O órgão responsável por objetivo e meta de programa temático presta informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) sobre os atributos de sua competência, para registro e posterior consolidação de relatórios anuais.

Cabe ressaltar que, em 2019, conforme ocorrido também nos anos de 2016, 2017 e 2018, a economia brasileira passou por mais um ano de importantes ajustes na busca da retomada do crescimento econômico equilibrado. O maior desafio tem sido a recuperação da sustentabilidade das contas públicas, impactada não só pela queda da arrecadação federal, mas também por problemas estruturais, que vêm sendo enfrentados com medidas importantes, como as propostas pelo Novo Regime Fiscal e pela reforma da previdência. Assim, ficou reduzido o espaço fiscal para a despesa pública, especialmente a de natureza não obrigatória, afetando a execução de metas e iniciativas previstas no PPA 2016-2019.

AValiação da Conjuntura Macroeconômica e Fiscal em 2019

Conjuntura Macroeconômica e Fiscal

O ano de 2019 registrou a continuidade da recuperação gradual da economia brasileira e a adoção de políticas econômicas de ajuste fiscal estrutural. Na passagem de 2019 para 2020, a economia brasileira apresentou sinais de continuidade do processo de recuperação do crescimento, ainda que com a cautela decorrente das incertezas do ambiente internacional e das consequentes revisões do crescimento dos países desenvolvidos e emergentes.

O PIB do Brasil cresceu 1,14% em 2019, em termos reais, ante o ano anterior. No início de março, a expectativa do Ministério da Economia para 2020 era de crescimento real do PIB de 2,1%, enquanto que, para o período de 2021-2024, esperava-se que a economia brasileira crescesse a uma taxa média anual de 2,5% em termos reais¹. Contudo, as perspectivas para o crescimento da economia brasileira em 2020 e anos subsequentes mudaram com a deterioração do cenário nacional e internacional causada pela eclosão da pandemia do coronavírus (COVID-19). Todas as atenções do governo estão, no momento, direcionadas para reduzir os efeitos desse fenômeno sobre as condições de vida da população brasileira.

Nos últimos anos, o Brasil procurou fazer um ajuste interno por meio de reformas pró-mercado. A retomada do crescimento da economia brasileira que se configurava era fruto de um conjunto de medidas visando o reequilíbrio fiscal e a melhora do ambiente de negócios, de modo que o investimento privado pudesse ser guiado pelas melhores oportunidades de mercado, ampliando a produtividade e o crescimento potencial. A Nova Previdência e o Teto de Gastos, aliados à austeridade na condução da política fiscal, geraram um ambiente de menor risco fiscal, com queda dos juros de equilíbrio e expectativas de inflação ancoradas. As políticas voltadas para eliminar as fontes de alocação ineficiente de recursos na economia, por sua vez, devem contribuir para aumentar a produtividade e a retomada do crescimento do PIB.

Ao longo de 2019, houve aumento do emprego e da renda, promovendo a redução da taxa de desocupação. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) registrou melhora na ocupação, com elevação de 1,8 milhão de postos de trabalho no ano de 2019, quando comparado ao final de 2018. A criação de novos postos de trabalho foi acompanhada pelo ganho real de 0,4% no rendimento médio, resultando em aumento de 2,5% na massa salarial. Nota-se que a taxa de desemprego tem recuado gradualmente, atingindo o patamar de 11,9% na média de 2019, ante média de 12,3% em 2018. Em janeiro de 2020, a taxa de desemprego estava em 11,2%, ante 12,0% em janeiro de 2019. Reforçando a melhora no mercado de trabalho, os dados anuais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) mostraram em 2019 o melhor resultado para o emprego formal, desde 2013, sendo que foram contabilizados 644,1 mil novos postos formais (total líquido de admissões descontados os desligamentos), ante 529,5 mil em 2018. Todavia, já como parte dos efeitos da COVID-19 sobre a economia brasileira, a taxa de desemprego subiu para 12,2% em março de 2020, ainda assim abaixo da taxa observada em março de 2019 (12,7%).

¹ Fonte: Grade de Parâmetros Macroeconômicos elaborada pela Secretaria de Política Econômica, 09/03/2020. Esta seção de “Avaliação da Conjuntura Macroeconômica e Fiscal em 2019” foi elaborada essencialmente pela Secretaria de Política Econômica – SPE / FAZENDA / Ministério da Economia.

O ambiente econômico favorável na atividade e no emprego vinha se refletindo em melhora importante na confiança no início de 2020. Pela sondagem da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em janeiro e fevereiro de 2020 houve alta nos índices de confiança dos empresários da construção (0,8%), da indústria (2,0%) e do comércio (3,1%), frente a dezembro de 2019, com ajuste sazonal. Apenas a confiança dos consumidores (-4,1%) e dos empresários de serviços (-1,9%) registraram um arrefecimento, muito embora ainda permanecessem em patamares elevados. Após os efeitos iniciais da COVID-19 no País, esse quadro mudou, com queda generalizada da confiança de consumidores e empresários, dada a incerteza causada.

O controle da inflação também contribuiu para o ambiente favorável na passagem de 2019 para 2020. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medida oficial de inflação, ficou abaixo do centro da meta (4,25%) ao longo de todo o ano de 2019, tendo se elevado, nos meses de novembro e dezembro, apenas devido aos choques exógenos que impactaram os preços da carne e do feijão. A inflação sob controle permitiu a redução consistente dos juros básicos na economia, com a meta da Taxa Selic encerrando o ano em seu menor patamar histórico (4,5% aa). Para 2020, a expectativa era que a inflação ficasse novamente abaixo do centro da meta (4,0%). Mesmo antes da eclosão do COVID-19 já se notava inflação baixa. Ao se incluir os efeitos da pandemia, as expectativas são de inflação em patamares menores, com IPCA em torno de 2% ao final do ano de 2020.

Quanto à consolidação fiscal, a manutenção do teto de gastos tem possibilitado a redução do risco macroeconômico, com impacto estrutural nos juros, estimulando a economia e gerando condições para que a dívida pública permaneça em níveis sustentáveis no médio e longo prazos. De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, espera-se que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) fique acima de 80% do PIB para o período 2020-2022, e a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) fique acima de 60% do PIB nesse período. À medida que a receita se recupere com o desempenho da atividade econômica após os efeitos da COVID-19, a dívida pública se estabilizará gradualmente. As Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) fiscais que estão sendo analisadas pelo Congresso (PEC emergencial, PEC dos Fundos e PEC do Pacto Federativo) criam condições para a estabilidade fiscal e as demais reformas estruturantes que ainda serão enviadas pelo governo neste ano contribuirão para o aumento da produtividade da economia. É fundamental, desta forma, manter tais alicerces e perseverar nas reformas estruturais para garantir o desenvolvimento sustentável de nossa economia. Para 2020, além dos impactos emergenciais e transitórios do combate à COVID-19, é necessária a continuidade da agenda de reformas estruturais, com destaque para a Reforma Tributária e para a Reforma Administrativa para retomada da trajetória de equilíbrio fiscal nos anos seguintes.

Cenário fiscal

O cenário de referência proposto para o Plano Plurianual 2016-2019, apresentado em 2015, já espelhava em parte as dificuldades iniciais e a trajetória de recuperação ao longo do período. Do ponto de vista da recuperação da capacidade fiscal do Estado para implementar políticas públicas, esperava-se Resultado Primário do Setor Público negativo em 2016 (estimado em -0,34% do Produto Interno Bruto – PIB) e recuperação do superávit nos anos seguintes (+1,3% do PIB em 2017 e +2,0% do PIB em 2018 e em 2019), com estabilização da DLSP em torno de 40% do PIB no período. Em consequência, haveria redução paulatina da DBGG para 67% do PIB ao longo do período (Tabela 1).

Tabela 1: Cenário Fiscal de Referência PPA 2016-2019 (% do PIB)

	2016	2017	2018	2019
Superávit primário do setor público	-0,34	1,30	2,00	2,00
Dívida líquida do setor público	39,00	40,20	40,10	39,90
Dívida bruta do governo geral	68,40	68,80	68,20	67,30
Resultado Nominal	-5,86	-3,54	-2,60	-2,58

Fonte: Ministério da Economia.

Tabela 2: Resultados Fiscais observados e Cenário da LDO 2020 (% do PIB)

	Observado				Projeções - LDO 2020		
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Superávit primário do setor público	-2,50	-1,69	-1,57	-0,86	-1,51	-0,77	-0,33
Superávit primário do governo central	-2,59	-1,89	-1,81	-1,32	-1,58	-0,81	-0,35
Dívida líquida do setor público	46,14	51,39	53,65	55,74	61,25	63,58	65,58
Dívida bruta do governo geral	69,84	73,74	76,53	75,85	80,2	80,93	81,62
Resultado Nominal do setor público	-9,04	-7,80	-7,09	-5,95	-7,16	-6,56	-6,43

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB), Ministério da Economia (ME) e LDO 2020.

No entanto, a evolução do cenário fiscal mostrou-se muito mais adversa. Entre 2016 e 2018, o resultado primário foi mais desfavorável do que o inicialmente projetado. Quanto a 2019, no cenário fiscal de referência do PPA 2016-2019, projetava-se superávit primário do setor público de 2,0% do PIB. A LDO 2019 já apresentou como meta de resultado primário do setor público um déficit de R\$ 132 bilhões (equivalente a 1,8% do PIB), sendo de R\$ 139 bilhões a meta de déficit do governo central (1,9% do PIB). Os primeiros Relatórios Bimestrais de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias apontaram a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, tendo em vista que o ritmo de recuperação da economia mostrou-se mais lento do que o previsto na LDO. As expectativas de crescimento para 2020 melhoraram a partir de agosto com a redução das incertezas acerca da aprovação da Nova Previdência e a perspectiva de aquecimento da atividade devido ao saque imediato previsto na Medida Provisória que reformulou o Fundo de Garantia (Novo FGTS). Consequentemente, o Relatório do quarto bimestre ampliou o limite para as despesas discricionárias. Novas revisões ocorreram até o final do ano, inclusive por intermédio de relatórios extemporâneos, quando ficou claro que a União poderia contar com um volume significativo de receitas extraordinárias oriundas do bônus de assinatura do leilão do excedente da cessão onerosa (R\$ 69,9 bilhões, sendo R\$ 34,6 destinados ao pagamento à Petrobrás e R\$ 11,7 bilhões transferidos a estados e municípios), concretizado em novembro. Ao final de 2019, o déficit primário do setor público situou-se em 0,86% do PIB.

Os déficits primários verificados no período 2016-2019 contribuíram para que a Dívida Bruta do Governo Geral como percentual do PIB apresentasse, em 2019, uma situação mais desfavorável do que aquela prevista no cenário fiscal de referência do PPA 2016-2019. O resultado observado em 2019 foi de 75,85% do PIB, contra uma previsão de 67,30%. A deterioração desse quadro foi atenuada pelas liquidações antecipadas das obrigações dos bancos públicos com o governo federal, cabendo destacar o pagamento de mais de R\$ 100 bilhões por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

As projeções para o resultado primário da LDO 2020 apresentaram déficits durante todo o horizonte considerado (Tabela 2), embora com recuperação gradual. Não obstante o esforço fiscal de redução do déficit nominal de 7,16% do PIB em 2020 para 6,43% do PIB em 2022, a dívida pública, tanto a bruta quanto a líquida, ainda tenderia a crescer. Em particular, estimou-se que a DLSP e a DBGG iriam atingir, respectivamente, 65,58% e 81,62% do PIB em 2022.

Essas projeções constantes na LDO 2020, entretanto, não levavam em consideração a emergência da pandemia relacionada ao novo coronavírus, que tem impactado negativamente a situação fiscal no curto prazo, uma vez que resulta em efeitos adversos, tanto sobre as receitas públicas quanto sobre a despesa. Do lado da receita, o menor ritmo de atividade econômica tem um efeito redutor sobre a arrecadação. Na despesa, tanto a necessidade de reforçar a capacidade do sistema de saúde para enfrentar as causas e efeitos da pandemia, quanto os seus desdobramentos sobre o nível de atividade econômica e de emprego, resultam em uma maior pressão por gastos públicos.

Assim, os efeitos adversos da pandemia sobre a situação fiscal em 2020 implicam o aumento do déficit primário e, conseqüentemente, o aumento da dívida pública em relação aos patamares anteriormente previstos. O ritmo de atividade econômica, menor do que o esperado para 2020, tem implicações negativas para a receita pública nos anos subsequentes, uma vez que o crescimento econômico nos anos seguintes passa a se dar, em termos nominais, sobre uma base tributária menos favorável que a esperada anteriormente.

Dessa forma, essas projeções foram revistas no PLDO para 2021, o qual apresentou o seguinte cenário:

Tabela 3: Resultados Fiscais - Cenário da PLDO 2021 (% do PIB)

	Projeções - PLDO 2021		
	2021	2022	2023
Superávit primário do setor público	-1,88	-1,45	-0,88
Dívida líquida do setor público	65,64	68,30	70,39
Dívida bruta do governo geral	84,34	85,52	86,38
Resultado Nominal do setor público	-6,46	-6,60	-6,46

Fonte: PLDO 2021 (abril/2020).

Para o exercício de 2020, o PLDO 2021, considerando a taxa de variação do PIB igual a zero, conforme grade de parâmetros divulgada em 19/03/2020, e as projeções constantes do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do primeiro bimestre de 2020, apresentou uma projeção de déficit primário de 5,35% do PIB, a DBGG de 84,5% e a DLSP de 63,1%. Essas projeções são passíveis de mudanças diante das incertezas do cenário atual decorrente dos desdobramentos do combate à COVID-19.

O impacto adverso da pandemia reforça ainda mais o compromisso do Governo Federal com o atendimento da emergência atual por meio de medidas transitórias para enfrentamento da crise da COVID-19, sem contudo descuidar dos objetivos de austeridade e sustentabilidade fiscal de longo prazo, tornando-se ainda mais premente avançar na agenda de reformas estruturais.

Cenário Macroeconômico

Para a atividade econômica, o cenário de referência, proposto em 2015 para o PPA 2016-2019, tinha como pressuposto a recuperação da produção já em 2016, o que refletiria o recuo da inflação e dos juros e a retomada da confiança. Esse cenário, entretanto, não se confirmou, com a profunda recessão de 2015-2016 sendo superada apenas a partir de 2017, com recuperação gradual continuando em 2018 e 2019.

Tabela 4: Cenário Macroeconômico de Referência PPA 2016-2019

	2016	2017	2018	2019
PIB (% a.a., real)	0,20	1,70	2,00	2,50
Agricultura	1,18	2,18	2,21	2,69
Indústria	0,24	2,22	2,68	3,27
Serviços	0,10	1,39	1,63	2,07
IPCA (% a.a.)	5,40	4,50	4,50	4,50
PIB nominal (R\$ Bilhões)	6.253	6.731	7.211	7.741
Taxa Selic (fim de período, % a.a.)	12,00	10,75	10,00	10,00
Taxa de câmbio (média do ano, R\$/US\$)	3,39	3,47	3,48	3,53
Salário mínimo (R\$ 1,00)	865,46	910,45	957,81	1.020,83

Fonte: Ministério da Economia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e BCB.

Quanto à oferta agregada, a trajetória observada a partir de 2016 foi bastante distinta daquela traçada no cenário original do PPA 2016-2019, o qual pressupunha modesta recuperação já em 2016 (Tabela 3). Em contraste, houve queda generalizada e intensa do PIB (-3,3%), em especial na agropecuária (-5,2%), seguida da indústria (-4,6%) e também dos serviços (-2,2%) em 2016, configurando um quadro recessivo. A recuperação, por sua vez, veio somente a partir de 2017, e de forma gradual, com avanço de 1,3% em 2017, 1,3% em 2018 e 1,1% em 2019. Setorialmente, a agropecuária mostrou forte recuperação em 2017, com alta de 14,2%, com ritmo mais gradual em 2018 (1,4%) e em 2019 (1,3%). A indústria, por sua vez, continuou em queda em 2017 (-0,5%), passando a recuperação gradual em 2018 (0,5%) e em 2019 (0,5%). O setor serviços mostrou comportamento de recuperação gradual, com alta de 0,8% em 2017, 1,5% em 2018 e 1,3% em 2019.

A consequência desse contexto é a necessidade de se continuar a trajetória de ajustes estruturais da economia brasileira para aumentar a produtividade e ampliar o ritmo de crescimento em bases sustentáveis.

Dados do 1º trimestre de 2020 mostraram forte inflexão na recuperação da economia brasileira, que estava em curso no final de 2019, quando o país vinha melhorando o ritmo de atividade em relação ao ano anterior. Todavia, desde final de fevereiro/2020, os primeiros impactos do novo coronavírus (COVID-19) no País geraram a paralisação ou redução de atividades, modificando expectativas e a confiança de empresários e consumidores. Desta forma, as perspectivas para 2020 mudaram de aceleração do crescimento econômico para cenário com perspectiva de retração do PIB.

A Tabela 5 mostra a Grade de Parâmetros da Secretaria de Política Econômica (SPE/ME), posição de maio de 2020.

Tabela 5: Parâmetros Macroeconômicos

	Observado				Projeções - Maio/2020 (1)		
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PIB (% a.a., real)	-3,3	1,3	1,3	1,1	-4,7	3,2	2,6
PIB nominal (R\$ Bilhões)	6.269	6.583	6.889	7.257	7.155	7.656	8.171
IPCA (Acumulado, % a.a.)	6,29	2,95	3,75	4,31	1,77	3,30	3,50
INPC (Acumulado, % a.a.)	6,58	2,07	3,43	4,48	2,45	3,50	3,50
IGP-DI (Acumulado, % a.a.)	7,18	-0,42	7,10	7,70	4,49	4,00	4,00
Taxa Over Selic (fim de período, % a.a.)	13,65	7,00	6,40	4,59	2,65	3,65	5,40
Taxa Over Selic (Acumulado, % a.a.)	14,08	9,87	6,48	5,90	3,08	3,08	4,57
Taxa de Câmbio (média do ano, R\$/US\$)	3,49	3,19	3,65	3,95	4,99	4,80	4,63
Preço Médio do Petróleo (US\$/barril)	44,05	54,39	71,07	64,03	35,67	36,98	40,49
Massa Salarial Nominal (2)	3,39	2,86	2,51	4,28	-2,94	1,56	6,23
Salário Mínimo	880	937	954	998	1.045	1.071	1.109

Fonte: IBGE, BCB e SPE/ME. 1 – Grade de Parâmetros Macroeconômicos SPE/ME, de 08/05/2020. 2 – Variação acumulada em 12 meses (%)

Com base nas projeções dos indicadores macroeconômicos da grade de parâmetros de maio/2020, nota-se a revisão baixista da estimativa do crescimento do PIB brasileiro para este ano devido aos efeitos da COVID-19. Provavelmente, a retração do PIB de 2020 será a maior da série histórica, dado que o efeito dessa pandemia aflige a grande maioria dos países. A queda na atividade será uma das maiores para muitos países desenvolvidos e emergentes no período pós-guerra. Dessa maneira, a paralização das atividades, deterioração do emprego e a piora no cenário internacional promoveram redução na projeção do crescimento brasileiro de 2020 para -4,7%.

O cenário prospectivo da grade de maio/2020 levou em conta aspectos desafiadores, pois a paralização de grande parte dos setores produtivos por um período razoavelmente longo inviabilizou a utilização da modelagem tradicional para projeção diante de uma significativa quebra estrutural dos parâmetros, dada a repentina interrupção da atividade econômica. Como toda projeção, há incerteza inerente às estimações para o horizonte prospectivo, especialmente neste período da pandemia do coronavírus. Observa-se que a variância das estimações aumenta a cada ano a frente, embora sempre superior às variâncias das grades anteriores, o que indica que as projeções de crescimento tendem a ser revistas em consequência de choques na economia.

Espera-se que os efeitos da COVID-19 sejam transitórios e afetem basicamente o cenário de 2020. Para 2021 e 2022 se espera a recuperação e a retomada gradual do crescimento econômico do País. Em se confirmando o retorno do ritmo de crescimento sustentado do PIB brasileiro, prevê-se também contínua melhoria das condições do mercado de trabalho, com recuperação gradual do emprego formal, tendo como consequência a projeção apresentada de crescimento anual da massa salarial nominal. Para o salário mínimo, considerou-se a manutenção de seu valor real a partir da correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), tendo em vista que não há legislação vigente que exija aumentos acima da inflação.

Por seu turno, a política monetária – com credibilidade calcada no regime de metas de

inflação – e os esforços e avanços recentes no controle das contas públicas – propiciados pela Emenda Constitucional (EC) 95 de 2016 e pelo encaminhamento de medidas importantes de consolidação fiscal no primeiro semestre de 2019 – permitem estimar a continuidade relativa da estabilidade de preços no período 2020-2022. Em razão disso, projeta-se inflação sob controle, dentro de meta, com os principais índices de preços – tanto o IPCA e INPC do IBGE como Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da FGV – apresentando variação dentro da normalidade, no período. Nesse contexto, as taxas de juros também são projetadas em níveis historicamente baixos, bem inferiores àquelas previstas no cenário macroeconômico de referência do PPA 2016-2019 (tabela 4).

Quanto à taxa de câmbio e ao preço médio do barril de petróleo, esses indicadores permanecem relativamente estáveis no período de projeção (2020 – 2021), ainda que com a volatilidade característica dessas variáveis no curto prazo. Dentre as hipóteses consideradas, tem-se a manutenção do cenário de maior liquidez internacional, com lento crescimento dos países da OCDE, o que favorece, de uma maneira geral, os países emergentes, por meio de aumento nos investimentos diretos e crescimento moderado no comércio.

Uma vez mais, ressalte-se que se deve considerar que as adversidades advindas do cenário internacional – em especial as decorrentes da pandemia do coronavírus (COVID-19), que afetam o comércio internacional, as cadeias produtivas globais, os fluxos de capitais e de pessoas – terão consequências na atividade econômica mundial e no crescimento brasileiro.

Conclusão

No tocante ao período 2016-2019, a contexto fiscal e econômico mostrou-se muito mais adverso do que o considerado no cenário original do PPA. Não obstante, o governo federal intensificou, no último ano, as medidas de ajuste na busca da retomada do crescimento em bases sustentáveis. A este respeito, destacam-se diversas medidas já adotadas e outras que estão em fase adiantada de elaboração, tanto para reequilibrar as contas públicas (Nova Previdência; Cessão Onerosa; Pacto Federativo; PEC emergencial; PEC dos Fundos; e combate à corrupção e a desperdícios) como para aumentar a produtividade (Abertura Econômica com acordo entre Mercosul e União Europeia; maior Liberdade Econômica, com redução de burocracia e regulação excessiva; Revisão das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho; Novo FGTS; Reforma Administrativa; Reforma Tributária; choque de energia barata; e privatizações). Essas iniciativas contribuem para o crescimento econômico e a geração de empregos e renda e certamente ajudarão o país a obter melhor inserção internacional. Tais medidas se somam a outras adotadas a partir de 2016, cabendo destacar a EC 95 de 2016 e a Reforma Trabalhista de 2017.

O objetivo inicial do PPA 2016-2019 foi alcançado, ainda que parcialmente, deixando um legado relevante para o PPA seguinte, em especial devido ao encaminhamento de medidas que visam o reequilíbrio fiscal e aquelas relacionadas à recuperação da produtividade e à melhora no ambiente de negócios. Tais iniciativas vinham contribuindo para a retomada do crescimento do PIB e a redução do desemprego, mas as perspectivas para 2021 e os anos seguintes se deterioraram de forma significativa nas últimas semanas devido principalmente à pandemia do COVID-19. No presente, ainda é difícil dimensionar as

consequências desse fenômeno sobre a economia mundial e brasileira devido às inúmeras incertezas no horizonte. Mas não há dúvida de que as medidas adotadas nos últimos anos, em especial 2019, colocam o Brasil em condições de apresentar respostas mais adequadas de forma a reduzir os impactos adversos desse choque sobre as condições de vida da população.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019, exercício 2019, apresentado pelo governo federal ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira, descreve os principais resultados obtidos durante a vigência do plano, especialmente no ano de 2019, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas temáticos do plano encerrado, trazendo um balanço das realizações nesse período do ciclo do PPA.

O processo de monitoramento e avaliação do PPA 2016-2019 tem seus critérios e procedimentos definidos pelo Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016, que regulamenta a implementação da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual vigente. Esse processo também é detalhado pela Portaria nº 347, de 14 de novembro de 2016, e ainda pelas Portarias nº 19, de 3 de fevereiro de 2017, e nº 200, de 28 de junho de 2017, todas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O monitoramento do PPA 2016-2019 incide sobre programas temáticos, incluindo seus indicadores, objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos individualizados como iniciativas, bem como sobre as variáveis macroeconômicas que embasaram sua elaboração. A captação da maior parte das informações sobre os programas temáticos ocorre junto aos órgãos executores.

A primeira seção deste sumário apresenta os grandes números mais relevantes do ponto de vista da avaliação do PPA, até 2019, com sínteses gráficas, incluindo a execução financeira, o andamento das metas planejadas nos programas temáticos e o desempenho dos indicadores – conjunto de parâmetros que permite acompanhar a evolução das políticas públicas. Considerando a grande amplitude de assuntos previstos na Lei do PPA e o volume de recursos alocados no arranjo dos programas e objetivos planejados, os gráficos destacados apresentam um panorama quantitativo sintético da execução do Plano Plurianual até o ano de 2019.

O sumário executivo também apresenta um panorama resumido dos principais destaques observados até o exercício de 2019, organizado conforme as seguintes áreas temáticas:

- Social e Segurança Pública,
- Infraestrutura,
- Desenvolvimento Produtivo e Ambiental e
- Temas Especiais.

Uma consulta mais detalhada às informações de monitoramento e às considerações sobre indicadores, estratégias e resultados das políticas públicas, conforme fornecidas pelos órgãos do governo federal no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), pode ser realizada no corpo do documento completo, o qual traz relatórios específicos de cada um dos 54 programas temáticos do PPA 2016-2019.

O resultado consolidado dos trabalhos de elaboração e avaliação do PPA 2016-2019 também pode ser acessado pelo link <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>. Nesse espaço, são apresentados todos os documentos relevantes associados ao PPA para consulta pela sociedade, incluindo os relatórios anuais e as edições anteriores.

Síntese Numérica do PPA 2016-2019

Esta seção apresenta um conjunto de sínteses numéricas e gráficas relativas à execução orçamentária, financeira e extraorçamentária do Plano Plurianual até o ano de 2019, e também sobre o andamento das metas planejadas nos programas temáticos e sobre o desempenho dos indicadores. Esse panorama quantitativo sintético da execução do PPA até 2019 propicia uma visualização abrangente sobre os principais resultados agregados, com alguns recortes selecionados para resumir o desempenho da ação governamental neste período do ciclo de planejamento.

Execução Orçamentária e Financeira até 2019

Os recursos alocados para o PPA 2016-2019 podem ser detalhados da seguinte forma:

- Recursos orçamentários: orçamento fiscal e da seguridade social e orçamento de investimento das empresas estatais;
- Recursos extraorçamentários: gasto tributário e crédito de instituição financeira e demais fontes.

Conforme o guia de elaboração do PPA 2016-2019, gasto tributário é toda desoneração tributária que funciona como alternativa à política pública e que não se realiza diretamente pelo orçamento, mas indiretamente pelo sistema tributário, visando atender objetivos econômicos e sociais, podendo ser de caráter compensatório, quando compensa a população pela insuficiência de algum serviço governamental, ou incentivador, quando estimula o desenvolvimento de algum setor ou região. Por sua vez, as outras fontes de financiamentos extraorçamentários são definidas como: recursos financeiros não constantes do orçamento, necessários para a atuação governamental na prestação de serviços e entrega de bens públicos, e originados de bancos públicos, agências oficiais de fomento, fundos constitucionais, plano de dispêndio das estatais, cooperações financeiras internacionais e recursos privados.

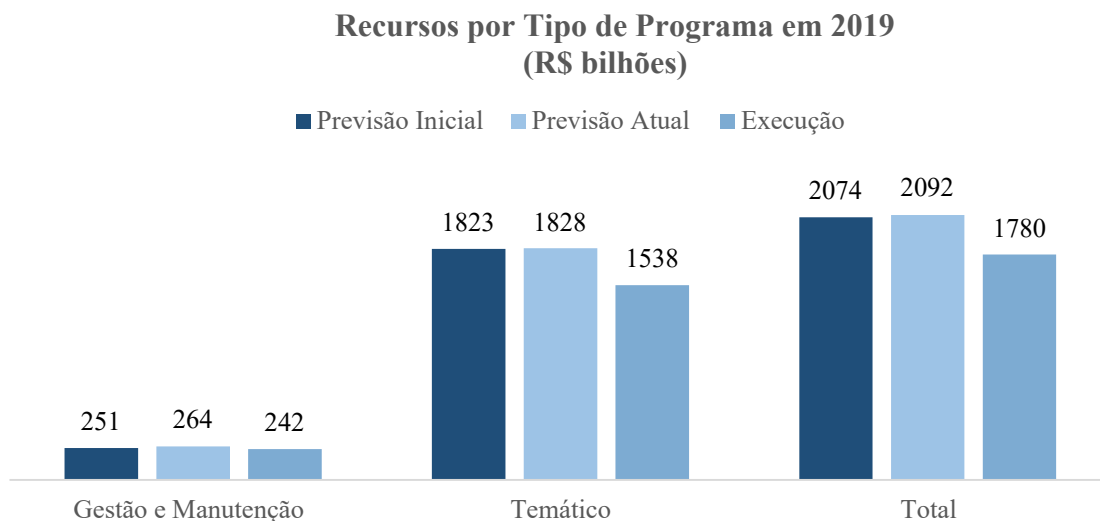
A seguir, são detalhados os recursos do PPA relativos ao ano de 2019, considerando-se os seguintes critérios quanto à previsão e à execução:

- Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.
- Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2017 da Receita Federal do Brasil (RFB).

- Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício (verificação do direito adquirido pelo credor por fornecimentos feitos ou serviços prestados) para o orçamento fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais. A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados, pela RFB, 3 anos após o exercício.

O valor global atualizado em 2019 do PPA para o período de quatro anos é de R\$ 7,9 trilhões, sendo R\$ 2,09 trilhões a previsão atualizada do ano de 2019. O Gráfico 1 mostra os recursos do PPA 2016-2019 para o exercício de 2019. Cada bloco de valores apresenta os dados previstos iniciais, previstos atualizados e executados para os programas temáticos, os programas de gestão e os totais do plano. Conforme números apurados, o valor executado para 2019 foi de R\$ 1,78 trilhão.

Gráfico 1

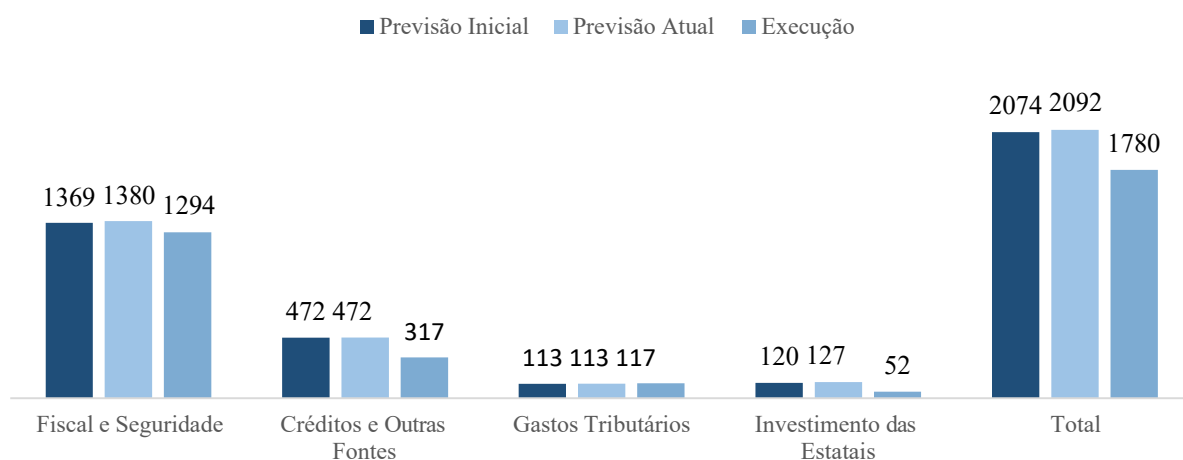


Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.
Fonte: SIOP. Elaboração: SECAP/ME.

O Gráfico 2 mostra o recorte dos recursos por fonte de financiamento. Cada bloco de valores apresenta os dados previstos iniciais, previstos atualizados e executados de 2019, organizados de forma detalhada pelos quatro grandes grupos de fontes de recursos: orçamento fiscal e da seguridade social, orçamento de investimentos das estatais, recursos extraorçamentários de créditos e outras fontes e de gasto tributário.

Gráfico 2

**Recursos por Fonte de Financiamento em 2019
(R\$ bilhões)**

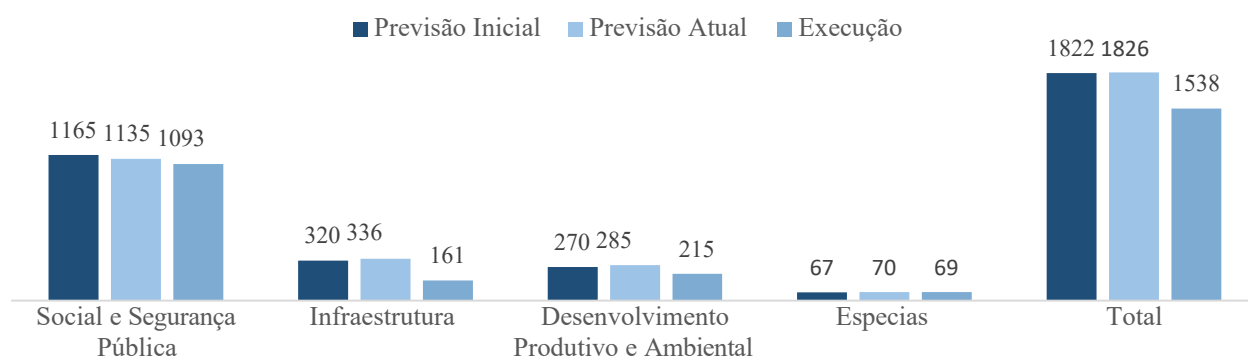


Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário. Fonte: SIOP. Elaboração: SECAP/ME.

O Gráfico 3 mostra os recursos orçamentários e extraorçamentários por área temática. Em 2019, R\$ 69 bilhões foram executados nas políticas de temas especiais, enquanto R\$ 215 bilhões foram destinados às políticas de desenvolvimento produtivo e ambiental. R\$ 161 bilhões foram aplicados nas políticas de infraestrutura e R\$ 1.093 bilhões para as políticas sociais e de segurança.

Gráfico 3

**Recursos por Área Temática em 2019
(R\$ bilhões)**



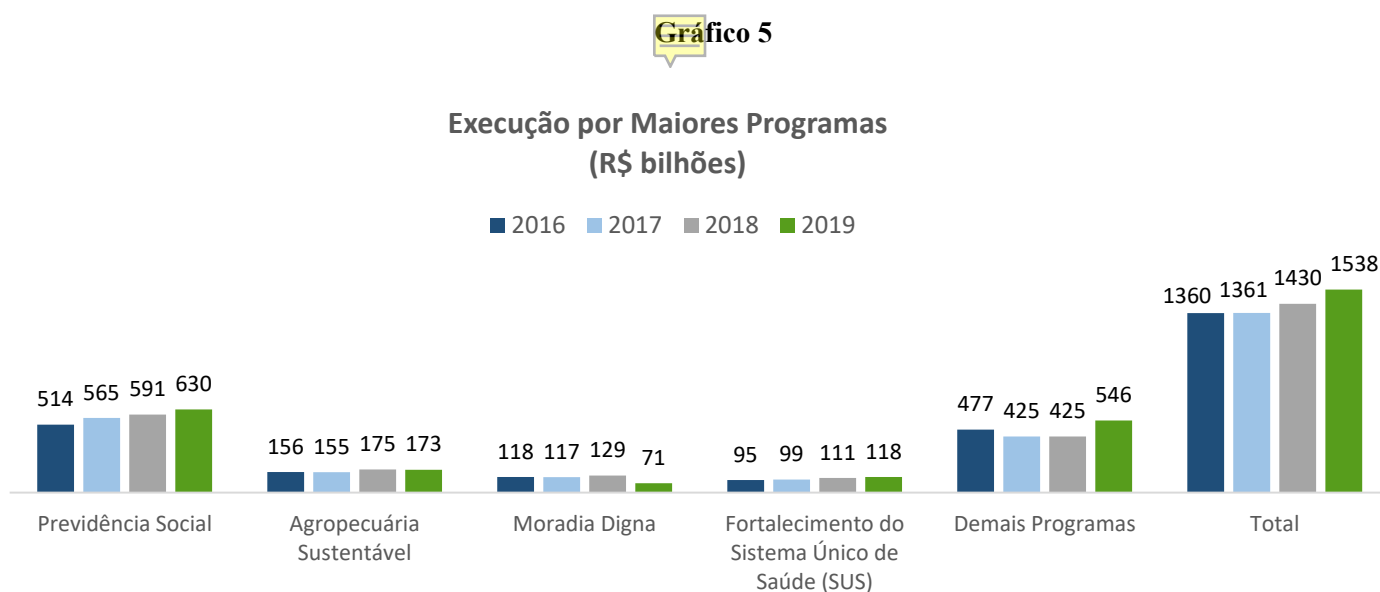
Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário. Fonte: SIOP. Elaboração: SECAP/ME.

O Gráfico 4 mostra a comparação entre os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 para os recursos orçamentários executados pelos programas temáticos, cujo valor total passou de R\$ 863 bilhões em 2016 para R\$ 1.161 bilhões em 2019. Destaca-se a área social e segurança pública, a qual teve um aumento de R\$ 297 bilhões e inclui os recursos destinados à previdência social.



Nota: Valores liquidados/executados dos orçamentos.
Fonte: SIOP. Elaboração: SECAP/ME

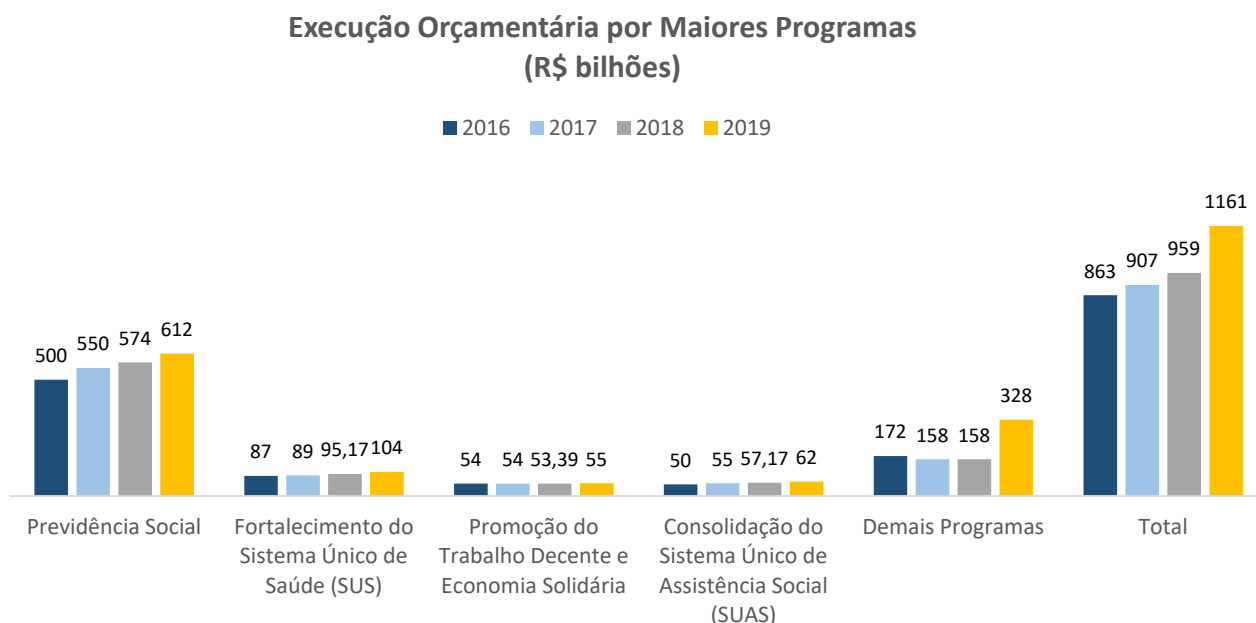
O Gráfico 5 mostra os valores executados relativos aos maiores programas do PPA nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 considerando recursos orçamentários e extraorçamentários. Pode-se observar aumentos no período de R\$ 116 bilhões de execução na Previdência Social, de R\$ 23 bilhões no SUS e R\$ 17 bilhões na Agropecuária. Por outro lado, houve redução de R\$ 47 bilhões no programa Moradia Digna.



Nota: Valores liquidados/executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.
Fonte: SIOP. Elaboração: SECAP/ME.

Gráfico 6 mostra os maiores programas em termos de volume de execução orçamentária, explicitando os valores orçamentários nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019. Pode-se observar aumento de R\$ 298 bilhões no total da execução no ano de 2019 em relação ao ano de 2016.

Gráfico 6



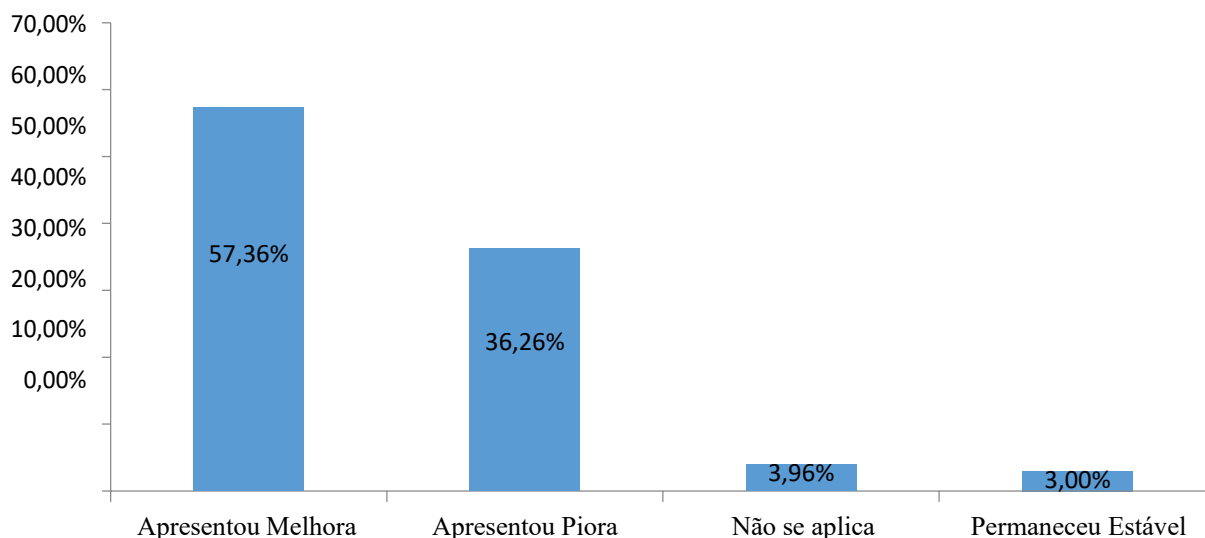
Nota: Valores liquidados/executados dos orçamentos.
Fonte: SIOP. Elaboração: SECAP/ME.

Perfil da Evolução dos Indicadores

Relativamente ao desempenho dos indicadores dos Programas Temáticos do PPA 2016-2019 no exercício de 2019, a análise dos resultados é mostrada de forma resumida no Gráfico 7. De um total de 501 indicadores, houve melhora em relação ao índice de referência em 286, ou seja, 57% do total, enquanto outros 180 indicadores apresentaram piora, representando 36%. Outros 15 (3%) ficaram estáveis, ou seja, sem alteração, e, para outros 20 indicadores (4%), esse conceito não se aplica, em especial por não ter havido coleta de dados durante o ano, pela inexistência de índice de referência apurado, ou por ser de tipo neutro, sem uma direção desejável identificada.

Gráfico 7

Desempenho dos Indicadores PPA do 2016-2019



Nota: A classificação “Apresentou melhora” indica que o valor apurado do indicador apresentou alguma melhora em relação ao índice de referência, enquanto a classificação “Apresentou piora” indica que houve alguma piora em relação ao índice de referência. A classificação “Não se aplica” indica que não houve coleta de dados no período do PPA, que o indicador não possui dados de referência ou que é do tipo neutro, sem uma direção desejável. A classificação “Permaneceu estável” indica que o valor apurado do indicador não sofreu alteração em relação ao índice de referência.

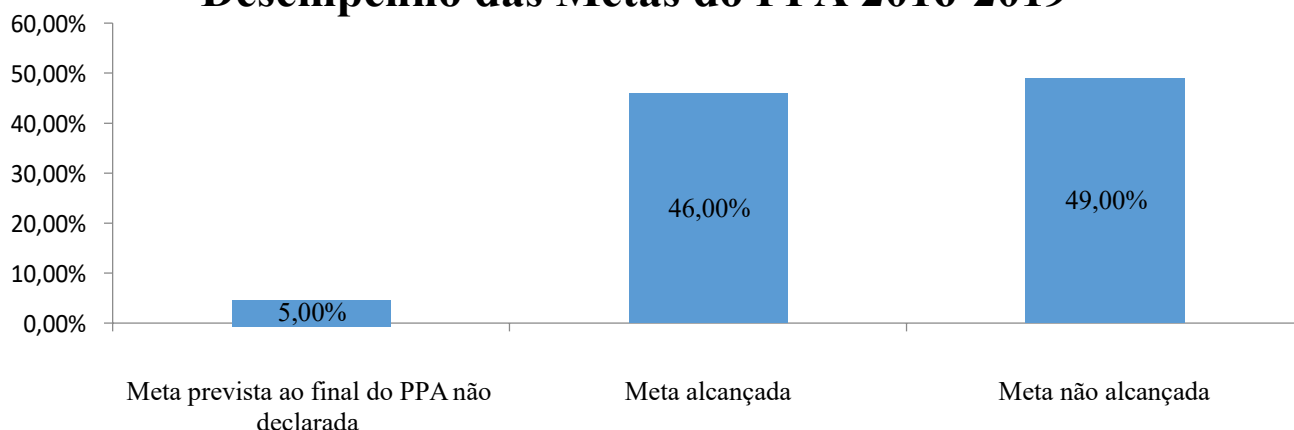
Fonte: SIOP. Elaboração: SECAP/ME.

Perfil da Evolução das Metas

Com relação a este último ano de monitoramento do PPA 2016-2019, conforme ilustrado no Gráfico 8 a seguir, verificou-se que 46% das metas tiveram seus valores previstos para o final do PPA alcançados, enquanto 49% não atingiram o valor previsto.

Gráfico 8

Desempenho das Metas do PPA 2016-2019



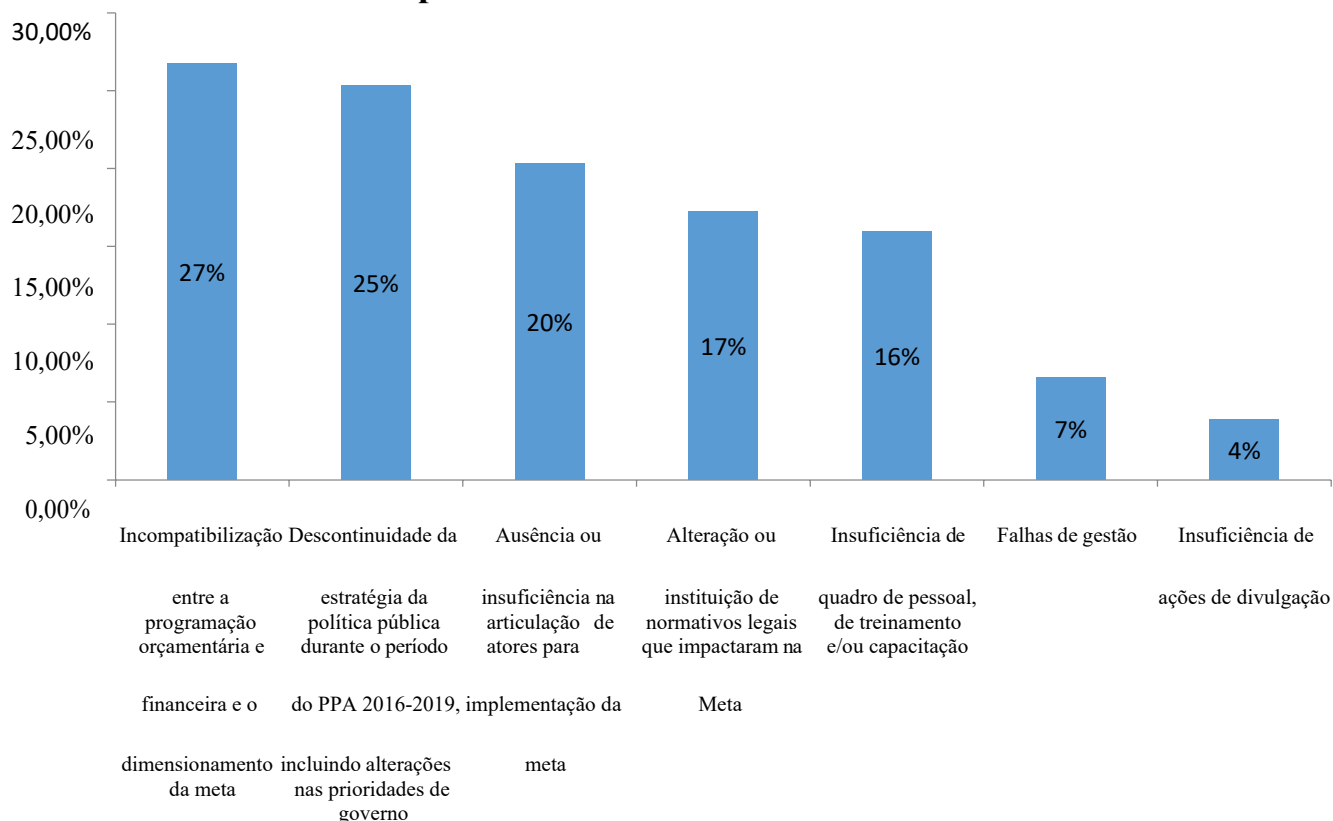
Nota: O monitoramento do PPA classifica as metas como já alcançadas, com andamento adequado ou com medidas ou considerações identificadas no processo de Monitoramento para garantir seu andamento previsto. Metas anuais atingidas no período são classificadas como “andamento adequado”.

Fonte: SIOP. Elaboração: SECAP/ME.

O Gráfico 9 apresenta as justificativas para o não alcance das metas do PPA 2016-2019. As duas principais causas para o não atingimento da meta foram: incompatibilização entre a disponibilidade orçamentária e financeira com o dimensionamento da meta; descontinuidade da estratégia da política pública.

Gráfico 9

Justificativas para o não alcance das Metas do PPA 2016-2019



Nota: Cada meta pode ter mais de uma medida sugerida, e os percentuais indicam a participação de cada tipo de medida no número total de ocorrências de medidas sugeridas. A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e, consequentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação envolve desde a melhor distribuição dos recursos humanos disponíveis, até a redefinição de papéis e atribuições ou a ampliação da equipe mediante a contratação de colaboradores. A revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação significa que existe a necessidade da elaboração ou revisão de normas legais ou infralegais para o cumprimento da meta. A realização de ações de divulgação significa a necessidade de melhor comunicação da meta junto aos atores e às instituições envolvidas de forma a melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

Fonte: SIOF. Elaboração: SECAPME.

Destaques dos Programas Temáticos

Esta seção traz um resumo das informações relativas aos programas temáticos no exercício de 2019, fazendo um apanhado dos principais destaques das políticas públicas do Governo Federal, organizadas conforme o arranjo das áreas no PPA 2016-2019. A leitura deste documento possibilita uma visão abrangente sobre todos os segmentos da ação governamental presentes no Plano Plurianual, com ênfase nos registros mais relevantes de 2019.

Social e Segurança Pública

A inclusão social tem proporcionado uma condição de vida melhor a uma parcela expressiva da população a partir do acesso a serviços, à renda e às oportunidades. A transferência de renda constitui uma das principais políticas do Governo Federal em busca da promoção do desenvolvimento inclusivo.

No âmbito da assistência social, e especialmente em sua estratégia de garantia de renda, o Bolsa Família, implementado no âmbito do Programa Inclusão Social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da Articulação de Políticas Públicas, no transcurso do ano de 2019, atendeu em média cerca de 13,78 milhões de famílias por mês, sendo repassados R\$ 32,5 bilhões às famílias beneficiárias nesse período, considerando o valor recebido em dobro por efeito do Abono Natalino (“13ª parcela do Bolsa Família”). O valor médio mensal do benefício, ao longo de 2019, foi de R\$ 188,43 por família, desconsiderando o Abono Natalino. Em dezembro de 2019 foram beneficiadas 13,17 milhões de famílias, correspondendo a cerca de 40,83 milhões de pessoas. Nesse mesmo mês, o PBF alcançou 95,87% de cobertura, que corresponde à quantidade de famílias beneficiárias em relação à estimativa de famílias pobres e extremamente pobres. Para o quadriênio 2016-2019, a média da taxa de cobertura PBF dos meses de dezembro de cada ano foi de 99,56%.

Em razão do Abono Natalino instituído pela Medida Provisória nº 898/19, todas as famílias beneficiárias presentes na folha de dezembro de 2019 com benefícios liberados ou bloqueados² tornaram-se aptas ao recebimento do valor do benefício em dobro. O seu pagamento injetou R\$ 2,5 bilhões a mais na economia.

Cabe destacar que, para além do foco na renda da população pobre e extremamente pobre, essa ação atingiu também segmentos populacionais historicamente mais vulneráveis como mulheres, jovens e Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), posto que no PBF 88,61% dos Responsáveis Familiares são mulheres, 77,19% dos beneficiários são pretos, pardos ou indígenas e cerca de 418 mil famílias pertencem aos grupos prioritários (dados de dezembro/19), garantindo, assim, o reforço à cidadania.

A articulação de políticas públicas é fundamental para a inclusão efetiva de famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo mecanismos para além dos programas de transferência de renda. São 13,5 milhões de famílias em situação de extrema pobreza, conforme dados de dezembro de 2019. Nesses termos, no âmbito do Programa Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a população tem acesso

² Para famílias na situação de bloqueado, o benefício do Abono Natalino é disponibilizado para saque somente na hipótese de resolução da situação que originou o bloqueio e a efetivação do desbloqueio.

aos serviços e programas da assistência social que estão estruturados em dois níveis de atenção (proteção social básica e especial), considerando a complexidade das situações envolvidas. Na esfera da proteção social básica, a rede de CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), em 2019, é formada por quase 8,4 mil unidades (fonte: CadSUAS), distribuídas por quase todos os municípios do País, das quais 7,4 mil (88%) são cofinanciadas pelo Governo Federal. Essa rede permite a cobertura de 25,7 milhões de famílias, o que corresponde a 89% do total de famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) em dezembro/2019. Em 2019, os CRAS realizaram mais de 23,6 milhões de atendimentos e acompanharam a cada mês, em média, 1,3 milhão de famílias (fonte: RMA³).

No âmbito da Proteção Social Especial, as ações são direcionadas a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social, em situação de ameaça ou violação de direitos, com seus serviços organizados em dois níveis (Média e Alta Complexidades). Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são as principais unidades de prestação de serviços de Média Complexidade. Em dezembro de 2019, o Governo Federal cofinanciava a oferta de serviços em 2,6 mil CREAS, cobrindo 2,3 mil municípios (96% de cobertura daqueles com >20 mil habitantes).

Em 2019, o principal serviço dos CREAS realizou mais de 2 milhões de atendimentos particularizados e acompanhou, em média, mais de 256 mil casos (pessoas ou famílias) a cada mês (fonte: RMA).

Cabe ainda destacar, o Programa Criança Feliz que visa promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida, articulando a integração de ações nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e direitos humanos. O SUAS integra o Criança Feliz, por meio de atendimentos da rede socioassistencial às famílias com crianças alcançadas pelo programa, incluindo a realização de visitas domiciliares. Até dezembro de 2019, quase 2,8 mil municípios aderiram ao Programa, dos quais 2,5 mil já haviam iniciado as visitas domiciliares, contando com 23 mil profissionais (supervisores e visitadores).

A política de proteção, promoção da igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres sofreu algumas alterações no ano de 2019. O Programa “Mulher, viver sem violência” foi reformulado, passando a ser denominado “Mulher Segura e Protegida”. No âmbito desse programa, foram implantadas as Casas da Mulher Brasileira, nas quais ocorreram 88 mil atendimentos a mulheres em situação de vulnerabilidade, e o Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher, por meio do qual foram realizadas 46.510 denúncias de violações contra mulheres.

No âmbito cultural, destaca-se a adesão de 100% dos Estados e o Distrito Federal ao Sistema Nacional de Cultura e a concessão de bolsas de estudos e premiações por iniciativas na área cultural. Além disso, a manutenção física de espaços e de seu funcionamento possibilitou o acesso a bens e serviços culturais para 180.869 pessoas.

³ Todos os dados do RMA referentes a 2019 são dados preliminares. Os dados consolidados serão divulgados ainda no 1º semestre de 2020.

A economia criativa na área cultural foi responsável pela geração de 25,5 mil postos de trabalho. A principal modificação na política cultural, no entanto, foi a instituição do Programa Estações da Cidadania, tendo sido entregues ao público 37 novas estações no exercício de 2019.

A superação do racismo e a promoção da igualdade racial concentrou esforços no conjunto das ações governamentais no âmbito da Agenda Social Quilombola, na efetivação de direitos e acesso a políticas públicas para povos e comunidades tradicionais de matriz africana e no fortalecimento e expansão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. O principal destaque foi a publicação de 51 Portarias de Reconhecimento de comunidades quilombolas, resultando em área reconhecida de 460.782,2847 mil hectares, beneficiando aproximadamente 3.582 famílias, durante o período do PPA 2016-2019.

A saúde é outro importante componente da rede de proteção social oferecida pelo Poder Público. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988, que também consagrou a saúde como um direito social.

A Política Nacional de Atenção Básica tem na Saúde da Família sua estratégia prioritária para a reorganização da atenção primária no País. Em 2015 havia 40,2 mil equipes atuando e, em dezembro de 2019, chegou-se a 44,5 mil equipes implantadas. A expansão contou com a implantação de novas Equipes de Saúde da Família (ESF), Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Em complementação à atenção primária, em 2015 havia 24,5 mil Equipes de Saúde Bucal atuando no País, sendo que em 2019 esse número chegou a 27,6 mil equipes.

O processo de trabalho das Unidades Básicas de Saúde (UBS) vem sendo modernizado e informatizado, o que inclui a implantação do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC). A informatização contribuiu para o aumento da qualidade e ampliação do acesso à atenção básica, permitindo, inclusive, o agendamento online de consultas. Em 2019 chegou-se a 21,6 mil UBS com o PEC implantado.

Quanto à atenção especializada em saúde, destaca-se que, das cirurgias de transplante realizadas no Brasil, mais de 90% são financiados pelo SUS. Em 2015, o índice de transplantes de órgãos sólidos estava em 37,95 procedimentos por milhão da população, e foi elevado para 43,96 por milhão da população em 2019. Registra-se também o crescimento do número de doadores efetivos: mais de 3,7 mil doadores efetivos em novembro de 2019, ao passo que em 2015 eram 2,8 mil.

Com relação à saúde da mulher, entre outras iniciativas, até novembro de 2019 foram realizadas 2,25 milhões de mamografias bilaterais para rastreamento do câncer de mama em mulheres de 50 a 69 anos e 6,16 milhões de exames citopatológicos para rastreamento do câncer de colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos.

As Unidades de Pronto Atendimento (UPA) funcionam 24 horas por dia, sete dias por semana e podem resolver grande parte das urgências e emergências. Nas localidades que contam com UPA, 97% dos casos são solucionados na própria unidade. Em 2015 estavam em funcionamento 427 UPA no Brasil, número que passou para 641 em 2019. Já o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192) contava, em 2015, com uma cobertura populacional de 76,9, que passou a 85% em 2019.

Houve também evolução da oferta de leitos de UTI e de cuidado intensivo - UCI no País. Em 2019 alcançou-se o total de 26.568 leitos (22.487 UTI e 4.081 UCI), dos quais 1.424 (1.030 de UTI e 394 de UCI) foram habilitados no último ano.

O “Aqui Tem Farmácia Popular” teve como prioridade o adensamento do acesso aos medicamentos nos municípios constantes do mapa de extrema pobreza. A rede do Programa alcançou, em 2019, 78,9% dos municípios brasileiros e um total de 31 mil farmácias credenciadas. Neste ano foram atendidos 21,3 milhões de usuários, sendo que 19,1 milhões acessaram o Programa de forma gratuita para tratamento da hipertensão, diabetes ou asma.

No âmbito da Educação Básica, o Governo Federal, observado o regime de colaboração com os estados, municípios e Distrito Federal, apoiou técnica, pedagógica e financeiramente as redes e os sistemas de ensino, com destaque para as seguintes ações:

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): em 2017, o texto final da BNCC para a educação infantil e para o ensino fundamental foi homologado pelo Ministro de Estado da Educação. Em dezembro de 2018, o texto final da BNCC para o Ensino Médio foi aprovado e homologado pelo MEC, finalizando a BNCC da Educação Básica. Os currículos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental alinhados à BNCC foram aprovados pelas 27 secretarias estaduais de educação ao longo de 2018 e 2019. Os currículos estaduais para o Ensino Médio alinhados à BNCC estão em fase de elaboração e devem ser aprovados até 2020. O MEC, em setembro 2019, encaminhou ao Conselho Nacional de Educação (CNE), considerações acerca da Proposta de Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica relacionada à revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: em 2019, o MEC atuou ativamente na coordenação dos esforços que resultaram na definição das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (DCN's) e na instituição da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), por meio da Resolução CNE/CP n° 2, de 20 de dezembro de 2019 e da publicação da Portaria MEC n° 2.167, de 19 de dezembro de 2019. As novas DCN's mantiveram a carga horária de 3.200 horas para cursos de formação de docentes da educação básica; promoveram a flexibilização da carga horária da Segunda Licenciatura; definiram novas competências no perfil dos cursos com maior ênfase na prática e no conhecimento do conteúdo e da didática; e restringiram o uso da modalidade de Ensino a Distância.

INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA): a Política Nacional de Alfabetização (PNA) foi instituída em abril de 2019, por meio do Decreto n° 9.765/2019, que estabeleceu como primeiro item das suas diretrizes a priorização da alfabetização no primeiro ano do Ensino Fundamental. Trata-se de um extensivo programa de Orientação à Alfabetização que aborda aspectos referentes à formação dos professores e de gestores, disponibilização de material de apoio, contratação de avaliações de fluência (habilidades de leitura) e implementação de avaliações de impacto, entre outras ações.

PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO (PMALFA): em 2019, o PMALFA contou com aproximadamente 35.132 escolas públicas dos 26 estados, do Distrito Federal e de 4.194 municípios, atendendo cerca de 3 milhões de estudantes do 1º e do 2º ano do ensino fundamental. Foram cerca de 122 mil turmas, 32.406 assistentes de alfabetização e 120.363 professores alfabetizadores participantes.

PROGRAMA DE APOIO AO NOVO ENSINO MÉDIO: Em 2019, o Ministério reabriu período de adesão ao Programa, com o objetivo de garantir que as 27 Unidades da Federação recebam apoio técnico e financeiro. O programa tem, atualmente, aproximadamente 4 mil escolas inscritas.

PROGRAMA DE FOMENTO À IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL (EMTI): em 2019, o programa conta com 1.027 escolas em tempo integral, com as 27 Unidades Federativas que aderiram ao EMTI desde 2016. O programa tem, atualmente, aproximadamente 294 mil matrículas.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD) : no ano de 2019, foram beneficiadas 123.342 escolas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio com materiais do PNLD, tendo sido adquiridos 172.571.931 exemplares de livros didáticos.

PNLD ACESSÍVEL: no âmbito do PNLD Acessível, no exercício de 2019, foram distribuídos 20.671 livros no formato tinta-braille atendendo a 3.402 alunos cegos matriculados em 1.177 escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental (de 1º ao 5º ano) participantes do PNLD. Acrescenta-se que, além do material distribuído, foram resguardados em Reserva Técnica 7,6 mil livros, totalizando 28,3 mil exemplares Braille. Para os alunos com baixa visão ou dificuldades no processo de leitura, foram adquiridos livros em formato EPUB, tendo sido disponibilizados 362 títulos. Até o final do exercício, 104 escolas haviam baixado os arquivos.

PROGRAMA DE INOVAÇÃO EDUCAÇÃO CONECTADA: O Programa conta, até 2019, com a adesão de 5.374 municípios, 26 Estados e o Distrito Federal, permitindo o apoio à conectividade terrestre (transferência de recursos via PDDE) a 70.744 escolas e aproximadamente 30 milhões de alunos atendidos.

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA/PIBID: Os Programas Residência Pedagógica e o Pibid fomentam a formação prática de alunos dos cursos de licenciatura. Em 2019, uma média de 73.576 licenciandos receberam mensalmente bolsa de R\$400,00 pelos dois Programas. No âmbito do Programa Residência Pedagógica foram pagas 38.401 bolsas, sendo 32.916 bolsas aos licenciandos e 5.485 bolsas aos demais participantes. Por meio do PIBID foram pagas 47.436 bolsas, sendo 40.660 bolsas aos licenciandos e 6.776 bolsas aos demais participantes.

O Sistema UAB ofertou cursos de especialização e mestrados profissionais (PROEB), estes últimos com vagas exclusivas para professores em exercício nas redes públicas de educação básica. Em 2019, dos 10 programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), quais sejam: Matemática, (ProfMat), Física (MNPEF), Letras (ProfLetras), Artes (ProfArtes), História (ProfHistória), Biologia (ProfBio), Química (ProfQui) e Filosofia (ProfFilo), Educação

Física (ProEF) e Sociologia (ProfSocio), mantiveram em andamento, ao todo, 3.452 ofertas. Em 2019, agregando as 3.800 novas matrículas em especializações ofertadas pelo Sistema UAB, com os números nos mestrados profissionais supracitados, registraram-se 7.252 novas matrículas.

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): para o atual ciclo do PAR, 2016-2020, registra-se que 5.472 municípios e 26 estados e o Distrito Federal concluíram a etapa de preparação, com levantamento de informações e o preenchimento do diagnóstico de suas redes de ensino, e estão elaborando os seus planos articulados, voltados para as dimensões da gestão educacional, formação de profissionais da educação, práticas pedagógicas e avaliação e infraestrutura física e recursos pedagógicos, para o próximo ano.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB): o INEP aplicou o SAEB em 2019 para 7 milhões de estudantes do 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental, e 3ª série do ensino médio. Os resultados desta avaliação serão tratados tecnicamente até maio de 2020, quando está prevista a divulgação preliminar dos resultados. Vale destacar que, em 2019, foi realizada a primeira edição do SAEB – Educação Infantil, com vistas a oferecer novas evidências sobre essa etapa da Educação Básica em 2020.

O MEC também contemplou iniciativas que visam à promoção de ações para acesso à Educação Profissional e Tecnológica, alinhada com as demandas sociais e as necessidades do mercado de trabalho, entre elas, destacam-se:

MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: conforme dados do Censo Escolar (Inep/MEC), em 2016 foram registradas 1.775.324 matrículas em educação profissional técnica de nível médio, passando para 1.791.806 matrículas em 2017 e 1.868.917 matrículas em 2018, o que representa um aumento de 93.593 matrículas entre 2016 e 2018. Do total de matrículas de 2018, mais de 1,1 milhão delas foram ofertadas por instituições das Redes Públicas Federais, Estaduais e Municipais.

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC: em relação a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada, no período de 2016 a 2019, destacam-se as cinco iniciativas desenvolvidas no âmbito do Pronatec: Acordo de Gratuidade, Brasil Profissionalizado, Rede e-Tec, Bolsa-Formação e Expansão da Rede Federal. Em 2019, por meio do Pronatec, foram ofertadas 262.813 matrículas em cursos técnicos e FIC. Esse dado não contempla o número de matrículas oriundas do Acordo de Gratuidade com o Sistema S, que será disponibilizado a partir de março de 2021.

O MEC desenvolveu, ainda, diversas ações voltadas à ampliação da oferta de vagas, democratização do acesso e interiorização da Educação Superior, bem como o apoio à provisão de quadros de alto nível técnico e científico no país com ações de fomento à pós-graduação, com destaque para os seguintes resultados:

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: o número de matrículas na educação superior (graduação e sequencial) continua crescendo, atingindo a marca de 8,45 milhões de alunos matriculados nas modalidades presencial e a distância em 2018, conforme dados do Censo da Educação Superior (Inep/MEC), sendo 1.231.909 de matrículas em cursos de graduação presencial nas instituições federais de ensino.

MATRÍCULAS EM LICENCIATURA (FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES): Merece destaque, ainda, o número de matrículas em cursos de graduação (licenciatura), presencial e a distância, para formação inicial de professores para a educação básica, que passou de 1.471.930, em 2015, para 1.628.676 em 2018.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI: No ano de 2019 foram ofertadas o total de 411.930 novas bolsas, das quais 219 mil foram ocupadas, ou seja 53 %. Durante o período de 2016 a 2019, já foram ofertadas 1.489.224 novas bolsas do Prouni. O Programa possui também ação de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, qual seja a Bolsa Permanência, que beneficiou, em 2019, uma média mensal de 8,6 mil bolsistas. Desde sua criação, em 2005, o Prouni já atendeu, até 2019, mais de 2,69 milhões de estudantes.

Em 2019, foram concedidas 96.947 bolsas de pós-graduação no país, sendo 47.383 de mestrado (3.145 dessas na modalidade profissional, destinadas à formação de professores para a educação básica), 43.327 de doutorado e 6.237 de pós-doutorado.

Em relação aos esportes, o Programa Bolsa Atleta contemplou 6.541 atletas das diversas modalidades olímpica e paralímpica no ano de 2019. O impacto positivo do apoio às modalidades esportivas pode ser percebido nas competições disputadas pelos atletas nacionais. O Brasil conquistou 169 medalhas nos jogos Pan-americanos de Lima, no Peru, terminando em segundo lugar no quadro de medalhas. Do total de medalhas, 139 (82,2%) foram conquistadas por atletas apoiados pelo Bolsa Atleta. Já nos Jogos Parapanamericanos, das 308 medalhas do Brasil, 287 (93,1%) contaram com participação de atletas contemplados pelo Bolsa Atleta.

O Programa Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), que visa fomentar a iniciação esportiva e a formação de atletas, finalizou o exercício de 2019 com 122 operações ativas. Este programa será sucedido pelo Programa Estações da Cidadania – Esporte, que no exercício avaliado contou com a inauguração de 15 estações distribuídas pelos estados do Paraná (4), São Paulo (5), Rio Grande do Sul (2), Piauí (2), Acre (1) e Espírito Santo (1).

No contexto atual de ajustes na busca da retomada do crescimento sustentável, é essencial a ação do Governo Federal na promoção do trabalho decente e da economia solidária. Durante o ano de 2019, o número de trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo foi de 1.133, alcançando durante o período do PPA 2016-2019 o montante de 4.499 trabalhadores resgatados. ; a taxa de rotatividade manteve-se quase estável em relação ao ano de 2018, variando de 37,7% para 37,8%; a taxa de incidência de acidentes de trabalho: típicos e doença ocupacional reduziu de 13,59% para 11,62%, nos períodos de dezembro de 2014 e 2018.

O seguro-desemprego passou por um processo de modernização com o desenvolvimento de novas funcionalidades para solicitação via internet (Seguro- Desemprego 100% Web). Com esta modernização, além de solicitar a habilitação ao

seguro-desemprego, foi possível apresentar recurso contra decisão de indeferimento do benefício pela internet. No ano de 2019, verificou-se que 164.283 trabalhadores recorreram às soluções digitais do seguro-desemprego.

Em apoio às ações de economia solidária, em 2019 foram realizados 1.702 empreendimentos, beneficiando aproximadamente 7 mil pessoas, das quais 58% eram mulheres.

No enfrentamento ao tráfico de drogas a Polícia Federal (PF) alcançou um dos melhores resultados de apreensão patrimonial na área, atingindo a monta de R\$ 630.169.551,80, até novembro de 2019. Ainda no enfrentamento ao tráfico de drogas a PF apreendeu o maior montante de cocaína, 98,4 toneladas até novembro 2019. Na esfera do combate à corrupção e lavagem de dinheiro, pode-se citar o projeto "Delegacia Modelo de Investigação e Análise Financeira". Foram deflagradas pela PF 152 Operações Especiais de Polícia Judiciária de combate à corrupção e a crimes financeiros, envolvendo 501 prisões, 2.154 buscas e apreensões e R\$2,0 bilhões em valores apreendidos.

A Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos – RIBPG, coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, concluiu a estruturação de cinco laboratórios, totalizando a cobertura nos estados brasileiros aptos para processar vestígios biológicos diversos, especialmente os de crimes sexuais e de homicídios. Além disso, houve a coleta de 63.464 amostras, no ano de 2019, alcançando o total de 70.000 amostras de materiais biológicos de presos condenados coletadas desde 2016. Com as informações contidas no Banco Nacional de Perfis Genéticos foram confirmadas 1.418 coincidências, sendo 1.184 entre vestígios e 234 entre vestígios e indivíduos, o que auxiliou em mais de 1.000 investigações.

Na redução da violência no trânsito das rodovias federais a Polícia Rodoviária Federal (PRF) fiscalizou 7.355.527 pessoas, 8.062.363 veículos e realizou 2.178.419 testes de alcoolemia. A quantidade de apreensões da PRF também foi significativa, com destaque para as apreensões de cocaína (24.534 kg), crack (1.622 kg) e maconha (324.606 kg). Relacionada à temática de proteção aos Direitos Humanos a PRF registrou o total de 2.326 entre ocorrências Contra a Dignidade Sexual, Contra a Família, Contra a Organização do Trabalho, Contra a Pessoa, e de crimes enquadrados no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso e no Estatuto do Estrangeiro. Foram resgatadas 75 pessoas desaparecidas, 312 vítimas de tráfico de pessoas, 117 crianças em situação de trabalho infantil, 446 adultos em situação de trabalho escravo e 123 crianças vítimas de exploração sexual.

No âmbito da segurança alimentar e nutricional, destaca-se o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com a adesão de todos os Estados e do Distrito Federal, além de 360 municípios. O fortalecimento do Sisan é de suma importância para o acompanhamento dessa política. Outro resultado importante foi a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, através do qual o Governo Federal compra alimentos produzidos pela agricultura familiar. Em 2019 foram adquiridos 33 milhões de litros de leite que foram doados a famílias do semiárido brasileiro.

Outro foco da segurança alimentar e nutricional é a ampliação do acesso à água de qualidade para o consumo humano. Em 2019, foram beneficiadas 25.709 famílias com

as cisternas de água para consumo humano e 4.784 famílias beneficiadas com as cisternas de água para produção.

Povos específicos também foram beneficiados pela política de segurança alimentar e nutricional. O Programa de Fomento a Atividades Produtivas Rurais beneficiou 3.568 famílias de povos e comunidades tradicionais. O programa também é voltado para o combate à desnutrição infantil desses povos e comunidades.

No que concerne ao Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar, os destaques incluem a evolução das políticas e instrumentos de crédito e mitigação dos riscos climáticos e de mercado, bem como a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

O principal indicador dessa política, obtido através de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua é o rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar, que em 2019 atingiu R\$ 833,13, um aumento de 6% no ano. Ao longo do ciclo do PPA 2016-2019, o rendimento médio mensal que era de R\$ 582,26 em 2016, aumentou 43% em valores nominais.

Quanto ao crédito rural, em 2019 foram financiados via Pronaf o montante de R\$ 24,5 bilhões com um total de 1.362.326 contratos. No período de 2016 a 2019 alcançou-se 5,78 milhões de contratos, ou seja, 74% da Meta de 7,8 milhões de contratos. Observe-se que o Plano Safra é trienal (2017/2020) e se estende até Junho de 2020.

O desempenho da linha de microcrédito do Pronaf também superou o esperado: o total financiado em 2019 foi de R\$ 2,32 bilhões em 660.978 contratos. Entre 2016 e 2019 foram firmados 2,49 milhões de contratos, superando a meta de 1,8 milhões de contratos. Na Assistência Técnica e Extensão Rural que tem fundamental importância no acesso a diversas políticas públicas por meio das ações de seus agentes, em 2019 foram atendidas 94.896 famílias com recursos diretos do governo federal. No período do PPA 2016-2019 foram atendidas 552 mil famílias, correspondendo a 63% da meta original de 880 mil famílias.

Infraestrutura

Na área de infraestrutura, o tema da energia é crucial para o desenvolvimento nacional, tendo papel de destaque entre os resultados de 2019. Nesse ano, foram incorporados 7.331 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN), o que representa um crescimento de aproximadamente 4% na oferta. Com isso, em 31 de dezembro de 2019, a capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil chegou a 170 GW, mantendo a predominância de fontes renováveis. A fonte hidráulica possui a maior participação na matriz elétrica, com 63% (109 GW), seguida da fonte térmica, com pouco mais de 25%. A fonte eólica alcançou 9% da matriz e a fonte solar, incluindo geração distribuída (GD), chegou a 2,6% em 2019. Em 2019, foram acrescentados ao monitoramento 111 novos empreendimentos de geração, decorrentes dos leilões de energia realizados no ano. Quanto à transmissão de energia elétrica, em 2019, foram incorporados à Rede Básica um total de 8.886,52 km de novas linhas de transmissão e 13.552,60 MVA de novos transformadores de alta tensão. As linhas de transmissão da Rede Básica (sistema de transporte de energia elétrica de

tensão 230 kV ou superior) alcançaram, em dezembro de 2019, a extensão de 154.429,58 km.

Os projetos de desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural em andamento no País são de grande importância estratégica, econômica e social. A retomada dos leilões de Petróleo e Gás Natural (P&G) no País demandou esforços para o aperfeiçoamento da legislação brasileira com o intuito de melhorar o ambiente de negócios e, consequentemente, atrair mais investimentos para o País. Para tanto, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou a Resolução CNPE nº 17, de 2017, com a nova Política de Exploração e Produção de P&G. Dessa forma, a ANP atendeu às diretrizes do CNPE e introduziu novidades nas rodadas de licitações realizadas em 2018 como a adoção da fase única de exploração, royalties distintos para áreas de novas fronteiras e bacias maduras, redução do patrimônio líquido mínimo para não operadores e incentivos para aumentar a participação de fundos de investimentos. Um relevante passo firmado pelo País foi o estabelecimento de um calendário de rodadas de licitações, com o qual já podemos colher bons frutos, e podemos estimar com a implementação da agenda atual do setor, que no período de 2019 a 2040 o País atrairá investimentos da ordem de US\$ 460 bilhões no setor de exploração e produção de petróleo e gás. Tais investimentos permitirão ao Brasil dobrar as atuais reservas de petróleo, além de triplicar sua produção atual, que passará dos atuais 2,5 milhões de barris por dia para cerca de 7,5 milhões, no pico de produção. O Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás relativo ao ciclo 2017-2019 foi publicado em dezembro de 2019. Foram atualizadas as áreas prioritárias para o desenvolvimento e manutenção das atividades da indústria do petróleo e gás natural no território e na plataforma continental brasileira, que servem de base para o planejamento de áreas para as rodadas de licitação e para a tomada de decisões sobre pesquisas, projetos e atividades de levantamentos geológicos básicos.

No setor de combustíveis, em 2019, a produção de biodiesel fechou em 5,3 bilhões de litros, sendo que a projeção de produção indicada para esse ano no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2027) era de 6,4 bilhões de litros. Em grande parte, essa diferença deveu-se à greve de caminhoneiros ocorrida em maio de 2018. Já a produção de etanol foi de 36,0 bilhões de litros em 2019, sendo que a projeção de produção indicada para esse ano no PDE 2027 foi de 32 bilhões de litros. Em ambos os casos, o abastecimento foi garantido. Não obstante, o Governo, conjuntamente com produtores, distribuidores e revendedores, vem reforçando o diálogo transparente e o permanente acompanhamento do mercado de biocombustíveis, visando assegurar o abastecimento do mercado interno. Implantação da estratégia para desenvolvimento do setor de biocombustíveis é a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), estabelecida pela Lei nº 13.576/2017. Trata-se do maior programa do mundo para reconhecimento das externalidades positivas dos biocombustíveis.

O mercado brasileiro de combustíveis derivados de petróleo está solidamente fundamentado nos princípios constitucionais da livre concorrência e da livre iniciativa. Nesse contexto, conforme a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, vigora no Brasil o regime de liberdade de preços em todos os segmentos desse mercado: produção, distribuição e revenda. Isso significa que não há qualquer tipo de tabelamento nem fixação de valores máximos e mínimos, ou qualquer exigência de autorização oficial prévia para reajustes. Os preços praticados pelo mercado são resultado direto da concorrência entre os agentes econômicos. Quanto maior o número de agentes autorizados atuando efetivamente em todas as etapas da cadeia de comercialização, mais benefícios ao consumidor final com relação a preços e disponibilidade de combustíveis.

Desde o final de 2016, percebe-se maior quantidade de agentes com atuação na etapa de fornecimento primário de gasolina e óleo diesel, especificamente por meio da importação. Exemplo disso é o fato de, nesse período, a Petrobras ter operado menos de 20% das importações desses combustíveis. Essa dinâmica fez com que distribuidoras regionais ganhassem espaço, conseguindo competir com as empresas que atuam em âmbito nacional. Quando se observa a área de geologia, mineração e transformação mineral, destacam-se a criação e efetiva instalação da Agência Nacional de Mineração; a alteração da legislação de regência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM e a alteração do Regulamento do Código Mineral. No que se refere aos indicadores do programa, a arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM no ano de 2019 foi de R\$ 4,504 bilhões, 161,9% maior do que o valor de referência e 48,3% maior do que o valor arrecado em 2018 (o valor de referência é expresso em R\$ 1,712 bilhão - 31/12/2014). Com a modificação introduzida pela Lei que alterou a sistemática de cobrança da CFEM, confirmou-se o crescimento previsto na arrecadação desta contribuição. Já as exportações do setor de Mineração e Transformação Mineral em 2019, apresentaram queda de 9,7% em relação ao ano de 2018, com um total exportado de US\$ 46,5 bilhões. As importações deste mesmo setor também, apresentaram queda de 12,1% em relação ao ano de 2018, com um total importado de US\$ 24,6 bilhões. Com relação ao transporte aquaviário, em comparação aos anos anteriores, os indicadores do programa apresentaram avanços na quantidade de carga movimentada de combustíveis minerais, com 873,3 t/hora; na quantidade movimentada de minérios, escórias e cinzas, com 3.733,4 t/hora; e na quantidade movimentada de soja, com 617,0 t/hora; além da quantidade de contêineres movimentados, com 56,9 unidades/hora. Na apuração do tempo para atracação dos navios, as embarcações que movimentaram combustíveis minerais aguardaram, em média, 41,7 horas; as de movimentação de contêineres 7,1 horas; e das de soja 39,4 horas. Outro indicador avaliado positivamente foi o da variação percentual de movimentação de carga de navegação interior, que evoluiu de 0,19% em 2015 para 10,98% em 2019.

No setor Portuário, no que se refere aos arrendamentos, foram celebrados 12 contratos, sendo um no Porto de Itaquí de movimentação de celulose, com previsão de investimentos de R\$ 214,9 milhões; três no Porto de Cabedelo; um no Porto de Vila do Conde; quatro no Porto de Belém/Miramar; um no Porto de Santos; um no Porto de Santarém; e um no Porto de Vitória, de movimentação de grãos líquidos, com investimentos previstos de R\$ 779,3 milhões.

A meta prevista para a construção de dez embarcações destinadas à cabotagem com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) foi superada e alcançou 14 entregas no ano de 2019, e a de implantar quatro Áreas de Apoio Logístico (AALPs) no entorno dos portos públicos chegou a sete unidades já no ano de 2017. Quanto à manutenção e operação de 40 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4, os serviços foram realizados em 39 unidades.

Em relação à hidrovia do Tietê, foram concluídas as obras de Ayrosa Galvão e a Rodovia SP-595, estando em andamento o Canal de Ibitinga, cuja obra foi iniciada em 2019. Na hidrovia do Paraná, as intervenções de melhorias em pontes e acesso às eclusas ainda dependem da elaboração de projetos para sua implementação. Na área de transporte terrestre ressalta-se, como principais resultados, a queda do número de acidentes (de 181.272 para 61.161), do número de vítimas (de 100.369 para 76.210) e

do número de vítimas fatais (de 8.227 para 4.825) nas rodovias federais, o que mostra redução significativa na quantidade verificada em relação ao valor de referência durante o período do PPA.

O Governo Federal, com vistas a proporcionar melhorias na infraestrutura de transportes terrestres de forma segura e transparente, aperfeiçoou o Programa de Concessões. Como resultado dessa nova estratégia foram concretizadas relevantes concessões. Dentre as principais, destacam-se:

- Concessão da ferrovia Norte-Sul (Tramo Central), entre Porto Nacional/TO e Estrela D'Oeste/SP, com extensão de 1.537 km;
- Leilão da BR 364/365/GO/MG. Este novo modelo define os vencedores dos leilões, combinando lances pela menor tarifa e pela maior outorga.

Com objetivo de aumentar a abrangência da rede de transportes, foram feitos investimentos na construção de novas rodovias. As obras de construção têm como principais benefícios aumentar a capacidade de tráfego, reduzir o número de acidentes e promover o desenvolvimento econômico na malha rodoviária do país. Foram construídos 182,23 km de rodovias em 2019, totalizando 850,84 km nos quatro anos do PPA. Dentre as principais ações de infraestrutura desenvolvidas, destacam-se: pavimentação de segmentos da BR-163/PA com a eliminação de frequentes atoleiros; avanços significativos na pavimentação da BR-230/PA e construção de trechos da BR- 242/TO e BR-235/BA.

No período, teve continuidade a manutenção, sinalização e o controle de limites de peso e velocidade da malha rodoviária federal, com vistas a assegurar melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, com consequente redução do número e da gravidade dos acidentes, refletindo na diminuição dos custos à sociedade.

Os serviços de manutenção foram realizados em 100% da malha rodoviária sob administração do MINFRA. Com o objetivo de conservar a qualidade da infraestrutura e superestrutura do Tramo Central da Ferrovia Norte-Sul (FNS), foram realizadas as seguintes atividades: conservação de passagens de nível, substituição de placas de sinalização, limpeza e lubrificação dos aparelhos de mudança de vias (AMV's), vistorias nas superestruturas ferroviárias, substituição de dormentes, instalação de barreiras defletoras flutuantes, manutenção de bacias de acumulação e infiltração, capina manual, roçada, limpeza de sarjetas e valetas, limpeza mecanizada de vegetação e aceiros. Foi mantido o avanço das atividades de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, em toda a extensão do Tramo Central da FNS, englobando de Anápolis-GO a Porto Nacional/TO. Além disso, foram efetuados investimentos em melhorias de instalação de contratrilhos na Barragem de Gurupi-TO.

Uma questão essencial na área de infraestrutura para o Brasil é o saneamento, cujo destaque foi a conclusão de vários empreendimentos que contribuíram para a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico, em especial, nas modalidades de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário:

- quanto ao abastecimento de água, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), foram concluídos 37 empreendimentos, o que corresponde a um investimento de aproximadamente R\$ 4 bilhões. Pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) foram concluídos 63 empreendimentos, e pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) foram concluídos cinco empreendimentos.

- No que se refere ao esgotamento sanitário, pelo MDR foram concluídos 45 empreendimentos, totalizando um investimento de cerca de R\$ 1 bilhão. Pela Funasa foram concluídos 44 empreendimentos e pela Codevasf foram concluídos 19 empreendimentos.

Em 2019, deu-se continuidade aos esforços destinados à gestão de riscos e de desastres, visando proteger a população de eventos hidrometeorológicos e climáticos extremos. Em 2019, foram concluídos 19 empreendimentos de drenagem urbana, resultando em um total acumulado de 73 empreendimentos já concluídos em municípios críticos no período do PPA 2016-2019. Além desses, existem, ao todo, 120 empreendimentos de drenagem urbana em andamento no País, somando R\$ 9,46 bilhões em investimentos, que deverão ser concluídos nos próximos anos. Destaca-se também a finalização de 10 empreendimentos de intervenções estruturantes com o objetivo de prevenir a ocorrência de desastres relacionados a deslizamentos de encostas e processos correlatos, alcançando um total de 53 empreendimentos concluídos no PPA 2016-2019.

Relativamente à questão habitacional, o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, no ano de 2019, manteve-se como a mais relevante iniciativa do Governo Federal para a ampliação do acesso à moradia, devido ao volume de contratações e entregas realizadas pelo programa. Esteve presente em 97% dos municípios brasileiros, contratando, em 2019, 406.563 unidades habitacionais em todas as faixas do programa e realizando a entrega de 393.330 unidades. O volume de contratação foi maior na modalidade que opera com recursos FGTS, nas faixas 1.5, 2 e 3 do PMCMV, com contratações de pessoas físicas e jurídicas. No que se refere a obras de infraestrutura de mobilidade urbana, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que conta tanto com recursos do OGU quanto de financiamento do FGTS, até o final de 2019, foram investidos R\$ 3,42 bilhões em 96 empreendimentos de sistemas de transporte público coletivo, em 60 municípios de 21 unidades da federação. Neste ano, 51 empreendimentos foram concluídos. Além disso, 102 empreendimentos no valor total de R\$ 636 milhões foram contratados no ano de 2019 para financiamento no âmbito do Programa Avança Cidades – Mobilidade Urbana. Das ações do programa de melhoria dos sistemas metroviários se destacam a contratação de projeto de atualização tecnológica do sistema de radiocomunicação da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (TRENSURB) e da modernização dos sistemas metroviários pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) em João Pessoa/PB, Natal/RN, Maceió/AL, Recife/PE e Belo Horizonte/MG.

No tema de recursos hídricos, no período de vigência do PPA 2016-2019, destaca-se o avanço nas obras de ampliação da oferta de água para usos múltiplos mediante a execução direta do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) e apoio técnico e financeiro do governo federal às obras de infraestrutura hídrica realizadas pelos entes federados, das quais se destacam, em 2019, a Adutora do Agreste Pernambucano, o Canal Adutor do Sertão Alagoano, o Cinturão da Águas do Ceará, o Canal da Vettente Litorânea da Paraíba, as Barragens de Atalaia e Pedregulho, no Piauí. O PISF, maior obra de infraestrutura hídrica do país, com 477km de extensão em dois eixos (Leste e Norte), disponibilizará água para o abastecimento regular de 12 milhões de pessoas, em 390 municípios e 294 comunidades rurais às margens dos canais nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. No global, registrou 97,3% de avanço físico, até 2019. O Eixo Norte atingiu 97,40% de execução dos serviços e o Eixo Leste, 97,10%, sendo que a

água já flui por 106 km (51%) do Eixo Norte e 217 km (100%) do Eixo Leste, que entrou em pré-operação em 2017.

Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

O governo federal está fortemente comprometido com a agenda de consolidação fiscal e com as reformas estruturais que garantam um caminho sustentável para o desenvolvimento do Brasil. A nova agenda de políticas públicas tem como base a disciplina fiscal, a melhoria do ambiente de negócios, o aumento da produtividade e da competitividade dos setores produtivos, o aperfeiçoamento do marco regulatório, a promoção do investimento privado e o aumento da poupança interna.

Uma série de medidas e ações vem sendo tomada para incrementar padrões e estruturas produtivas no País, integrando os setores público e privado e a sociedade civil na busca pelo fortalecimento da estrutura industrial no Brasil. Assim, o Ministério Economia direcionou seus esforços ao longo de 2019 para executar, apurar e priorizar suas ações de modo a impactar a produtividade e competitividade do setor produtivo. O Programa InovAtiva Brasil, já conta com mais de 33.200 empreendedores na plataforma e 500 mentores voluntários, havendo recebido mais de 10.000 projetos de startups. Já em 2019, o Programa recebeu da 100 Open Startups o prêmio de primeiro lugar na categoria Ecosystem, pelos resultados na conexão das startups com grandes empresas brasileiras. No que diz respeito especificamente aos indicadores relacionados ao desempenho dos setores de comércio e serviços, a participação do Comércio e Serviços no Total de Empregos Celetistas representava 68,03 % das carteiras assinadas em 2018 e passou para 68,24% em 2019. Já a participação do Comércio e Serviços no Valor Adicionado do PIB, valor acumulado em quatro trimestres, registrava 73,45% em setembro de 2018 e passou a representar 73,80% em novembro de 2019. Quanto ao Indicador de Empresas Industriais com mais de 500 Pessoas Ocupadas que Inovaram, o número passou de 42,20% em 2018, para 44,40% em 2019.

No âmbito do extensionismo industrial, destaca-se o Programa Brasil Mais (antigo Brasil Mais Produtivo), uma iniciativa para aumentar a produtividade e competitividade das empresas brasileiras por meio da adoção de metodologias e tecnologias que promovam a melhoria das habilidades e práticas gerenciais e produtivas e a cultura do aperfeiçoamento contínuo, da inovação em processos e da redução de desperdícios.

O programa é coordenado pelo Ministério da Economia, com gestão operacional da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e execução pelo SENAI e pelo SEBRAE. Em 2019, o programa foi expandido para outros setores, incluindo todos os segmentos da indústria, comércio e serviços, além de buscar modelos que garantissem redução do custo por atendimento e menor dependência de recursos da União. Também foi desenvolvido projeto piloto para criação de eixos temáticos de atendimento com novas metodologias, com foco no apoio à digitalização e adoção de tecnologias de internet das coisas industrial, em parceria com o Fórum Econômico Mundial e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT).

Em 2018 foi instituído o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística, por meio da Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, que estabelece mecanismo de incentivo à P&D, requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil, e dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas. O Programa consiste em alinhar o produto nacional, em termos de tecnologia, eficiência energética e segurança, ao

padrão almejado pelos grandes polos globais de produção e desenvolvimento automotivo. Durante o ano de 2019, foram publicadas diversas portarias regulamentando o Programa, além de credenciadas as instituições coordenadoras dos Programas Prioritários, cujo objetivo é promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico da cadeia.

Na área de comércio exterior, no ano de 2019, a economia mundial seguiu mostrando sinais de desaceleração da atividade econômica, como o menor crescimento do PIB mundial – de 3,5% em 2018 para 3% – e do comércio mundial – de 3,7% para 1,2%. Tais elementos impactaram na ação da política, por isso se envidou mais esforços para alavancar os resultados, envolvendo o aprimoramento do sistema de defesa comercial brasileiro, a utilização de instrumentos de apoio creditício às exportações, o fortalecimento da base exportadora em todas as regiões do país, a promoção do acesso das exportações e investimentos brasileiros em mercados prioritários, adaptação de normas e gestão do comércio exterior de bens e serviços e a facilitação do controle aduaneiro do comércio exterior. Nesse sentido, a atuação do Governo brasileiro visando a maior integração da economia brasileira ao comércio internacional obteve como principais resultados em 2019: a conclusão das negociações do Acordo Mercosul-União Europeia; Conclusão das negociações do Acordo Mercosul-EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio); a assinatura do Acordo de Facilitação de Comércio do MERCOSUL; Em matéria de investimentos, o Brasil assinou ACFIs com Emirados Árabes Unidos, Marrocos e Equador; a realização de rodadas negociadoras do Mercosul com Canadá, Coreia do Sul, Singapura e Líbano.

Ademais, com relação ao Programa Portal Único de Comércio Exterior, houve grandes avanços no novo processo de Exportação, com a diminuição da média do tempo de liberação de carga no modal aquaviário de 13 para 6 dias. Houve ainda a implementação de nova metodologia para o Programa Nacional da Cultura Exportadora (PNCE); a modernização do arcabouço legislativo relacionado às avaliações de interesse público e à estruturação das metodologias de análise processual em Defesa Comercial.

A participação brasileira na exportação mundial de bens continuou crescente. Em 2016 o resultado foi de 1,16%; em 2017 1,18%; 2018 correspondeu a 1,22% e em 2019 alcançamos 1,23%. Houve declínio na participação das exportações da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica nas exportações de produtos industriais de 2,38% de 2018 (34,74%) para 2019 (32,35%). No período de 2016 a 2019, houve aumento apenas do ano de 2016 (34,87%) para 2017 (37%). O Agronegócio continua em trajetória de desenvolvimento sustentado, com uma agenda de desburocratização, melhoria e simplificação dos instrumentos de financiamento e de seguro rural e a expansão do financiamento privado no setor, abertura e ampliação de mercados e continuidade no fortalecimento da política de sanidade agropecuária.

Os principais destaques de 2019 foram o crescimento do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) de 2,6% em relação a 2018, para um valor estimado em R\$ 630,9 bilhões. Com isso, o PIB Agropecuário de 2019 aumentou 5,8% no ano, tendo como contribuições positivas o algodão, milho e laranja.

Na safra 2018/19 a produção de grãos foi de 242,12 milhões de toneladas, o que equivale a um aumento de 6,3% em relação à safra 2017/18. Destacando-se, em volume, as produções de soja, milho e arroz.

As exportações de produtos agropecuários em valor diminuíram 3,6% em comparação a 2018, somando US\$ 81,66 bilhões no ano. Essa redução decorre da conjuntura de queda nos índices de preço das exportações. Os principais setores exportadores em 2019 foram: complexo soja; carnes; cereais, farinhas e preparações e o complexo sucroalcooleiro.

Em 2019, houve 0,3% de aumento no montante de crédito rural subvencionado disponibilizado para o Plano Safra 19/20 (R\$ 191,53 bilhões) mesmo considerando o cenário de restrição fiscal. No plano 17/18 foram disponibilizados R\$ 190,89 bilhões.

Quanto ao Seguro Rural, em relação a 2018 verificou-se aumento de 50% no percentual de área coberta pelo seguro rural subvencionado. O percentual de 2019 foi 8,81%, ou seja, 6,9 milhões de hectares segurados.

Os resultados do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono permitem relatar a redução de 133,36 milhões de tCO₂eq nas emissões de GEE no período de 2016-2019, indicando que as metas de 2020 de redução de emissões na agropecuária foram atingidas.

Em 2019, os preços de mercado permaneceram acima dos preços mínimos, dispensando a atuação do governo através da Política de Garantia de Preços Mínimos.

No âmbito das políticas de ciência e tecnologia, há registros importantes a serem feitos. Nas Unidades de Pesquisa (UPs) do MCTIC, em 2019, foram desenvolvidas e aprovadas para transferência 51 tecnologias, ultrapassando a expectativa de 45 tecnologias por ano. Nisso tiveram papel importante os Núcleos de Inovação Tecnológicos (NITs), criados ao longo dos últimos anos. No período de 2016 a 2019, as UPs entregaram 245 tecnologias. Destaque-se, em 2019, o SciMining – supercomputador desenvolvido pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) – dotado de inteligência artificial (IA) e processamento de alto desempenho para o reconhecimento de padrões (correlações, sequências temporais e/ou espaciais etc.), relacionamentos ou estruturas ocultas. Seu uso atenderá um largo espectro de pesquisas e campos científicos e tecnológicos.

Tem destaque, em 2019, quanto à infraestrutura para pesquisas, a conclusão da expansão da capacidade – multiplicada por 5 - do Supercomputador Santos Dummont, pelo Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC). O Santos Dumont tornou-se o maior supercomputador não comercial da América Latina; com ele tiveram apoio, como exemplo, as pesquisas para combate ao vírus Zika, cujos resultados já apontam para a produção de uma vacina.

Outro destaque é o Projeto Sirius, do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM, implementado pelo Laboratório Nacional de Luz Síncrotron – LNLS. Um acelerador de partículas, no qual já circulou o primeiro feixe de elétrons no acelerador principal; o Sirius, quando entrar em operação em 2020, será o segundo laboratório, no mundo, de luz síncrotron de 4ª geração.

Em 2019, foi lançado o CBERS - Satélite Sino Brasileiro de Recursos Terrestres, fruto de uma colaboração internacional entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), pelo Brasil, e a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST). Quando o satélite estiver em pleno funcionamento, serão geradas o dobro de imagens para monitoramento ambiental e gestão do território.

Quanto às tecnologias de imediato interesse social, foi inaugurado o Centro de Tecnologias de Dessalinização, localizado no Instituto Nacional do Semiárido (INSA). O Centro testa, analisa e avalia o desempenho de sistemas comercializáveis de dessalinização ou purificação de águas salobras com vistas a ampliar o acesso à água potável no semiárido. A infraestrutura está em pleno funcionamento e conta com adesão de dezenas de empresas

Quanto à popularização da ciência, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA, com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática – SBM, realiza desde 2005 a Olimpíada Brasileira de Matemática – OBMEP. Em 2019, a OBMEP atingiu 54.831 escolas, sendo 49.002 públicas e 5.829 privadas, com 18.158.775 de alunos inscritos na 1ª fase da OBMEP, cobrindo 99,71% dos municípios do Brasil. Na mesma direção, a popularização da ciência no âmbito das ações de CT&I para inclusão social, contou com 162 projetos apoiados no contexto da 16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, que em 2019 abordou a importância da temática de “Bioeconomia: diversidade e riqueza para o desenvolvimento sustentável.” Uma das preocupações do governo federal na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019 foi garantir que o desenvolvimento socioeconômico do país caminhasse de mãos dadas com a preservação e o uso sustentável do meio ambiente. Nesse sentido, o Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018, consolidou os atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.114/2009, e a PNMC, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017. Esse novo marco legal reafirmou os compromissos nacionais de redução da emissão dos gases de efeito estufa.

Nesse contexto, devem ser ressaltados os seguintes avanços: a) o percentual da área de propriedades rurais cadastradas e em monitoramento no Cadastro Ambiental Rural atingiu a marca de 100% em 2019; b) mais de 1 milhão de hectares de área de floresta pública federal agora sob regime de concessão florestal; c) o percentual de espécies da flora com Planos de Ação para recuperação e conservação ameaçadas de extinção e listadas nos três PANs (Plano de Ação Nacional) representam 1,78 %, (653 espécies) de um total de 36.784 espécies nativas e listadas na Flora do Brasil; d) o percentual de espécies da fauna ameaçadas de extinção que contam com Planos de Ação para recuperação e conservação avançou de 42,45% para 69%, entre dezembro de 2014 e dezembro de 2019.

Após a implantação do Cadastro Ambiental Rural – CAR, em 06/05/2014, já foram declarados mais 6,3 milhões de imóveis rurais, o que corresponde a mais de 543 milhões de hectares. Somente em 2019 foram cadastrados, até 30/11/2019, cerca de 39,2 milhões de hectares.

Em relação ao Inventário Florestal Nacional (IFN), houve um avanço maior na área inventariada, com a licitação de mais dois lotes no Cerrado (PPCerrado). Além disso, a Portaria MMA nº 373/2018 propõe a padronização nos dados de áreas autorizadas de supressão da vegetação, em alinhamento com a Lei nº 12.651/2012 e com a necessidade de dar transparência aos dados de gestão florestal no país, distinguindo assim o desmatamento legal do ilegal, sendo um em Minas Gerais e outro em São Paulo. Isso possibilitou se alcançar 417,5 milhões de hectares de área inventariada no final de 2019, com 106 mil coletas botânicas, 25 mil coletas de amostras de solos e 27,5 mil entrevistas socioambientais.

Foram realizados avanços no desenvolvimento de tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais por meio da ampliação do escopo do monitoramento de desmatamento para o bioma Cerrado, da implementação de um sistema integrado e multi-escala de monitoramento da Amazônia e do desenvolvimento de metodologia e de sistema operacional de mapeamento de área queimada com qualificação da severidade do incêndio florestal em adição ao monitoramento de focos de calor. O monitoramento dos demais biomas (Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Campos Sulinos) foi iniciado em 2018, com recursos do Fundo Amazônia (BNDES).

Quanto ao fim do desmatamento ilegal no país, considerando a média de referência da PNMC (19.625 km² para o período 1996-2005), verifica-se que as taxas anuais de desmatamento de 2016 e 2017 mantiveram-se no patamar de 6.000 a 7.000 km², segundo dados do PRODES/INPE. Conforme estimado pelo sistema de detecção de desmatamento do INPE, o desmatamento na Amazônia foi de 7.893 km² em 2016 e de 6.6947 km² em 2017. Em 2018, contudo, a taxa voltou a aumentar, atingindo um total de 7.900 km², valor 13,7% superior ao registrado no período anterior. Ainda assim, essa taxa está distante do valor máximo de desmatamento previsto até 2020, segundo a meta da PNMC, cujo patamar máximo é de 3.925 km². Os sistemas de sensoriamento remoto do desmatamento e incêndios florestais tiveram grandes avanços, tanto na ampliação de dados de satélites utilizados como insumo, quanto a expansão das regiões monitoradas. Em 2019 passou-se a monitorar o desmatamento de todos os biomas brasileiros, antes o monitoramento contínuo era realizado apenas para a Amazônia e Cerrado. No que se relaciona à redução dos níveis de poluição hídrica pela remoção de carga poluidora de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) lançada nos rios, por meio do pagamento pelo esgoto tratado, no âmbito do programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes), até 2019 foram removidas 84.076 toneladas de DBO por ETEs participantes do programa, o que representa 117% da meta do PPA 2016-2019. Por último, cabe ressaltar que, para a retomada do crescimento econômico, e a consequente redução do desemprego, é imprescindível atuar para elevar a produtividade e a competitividade da economia, bem como reduzir a burocracia e melhorar o ambiente de negócios. Contudo, cabe evidenciar a importância da integração da questão ambiental no processo de desenvolvimento do país, a ser incorporada por instrumentos econômicos e mecanismos de conscientização que induzam produtores, empresas e consumidores a considerar os benefícios e os danos ambientais relacionados às suas decisões de produção e consumo.

Temas Especiais

Em 2019, o governo federal continuou promovendo diversas ações de melhoria na gestão pública. O Decreto 10.035, de 1º de outubro de 2019, criou a Plataforma+Brasil, com o objetivo de operacionalizar todos os tipos de transferências da União, ampliando o universo dos tipos de instrumentos, não ficando restritos às transferências voluntárias. Nesse contexto, considerando que o Decreto 9.745, de 8 de abril de 2019, alterou o nome Rede Siconv para Rede+Brasil, foram publicados atos visando ao aperfeiçoamento do marco regulatório do processo de transferências da União, no âmbito dessa Rede, tais como: i) IN ME/CGU nº 1, de 17 de fevereiro de 2019 – estabelece diretrizes para análise de prestações de contas de convênios e contratos de repasses, enviadas a partir de 01/09/2018, com base na metodologia de avaliação de riscos; ii) IN nº 206 de 18 de outubro de 2019 - estabelece prazos para que órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, utilizem

obrigatoriamente a modalidade de pregão, na forma eletrônica, ao executarem recursos transferidos da União para a aquisição de bens e serviços.

No intuito de promover a racionalização da Administração Pública Federal, foi publicado o Decreto nº 9.725, de 12 de março de 2019, que promoveu o corte de vinte e um mil cargos em comissão, funções de confiança e gratificações no âmbito do Poder Executivo federal. A ação possibilitou, além da redução de quantitativos e de tipologias existentes, uma economia orçamentária anual na ordem de R\$ 194 milhões de reais.

No que se refere à gestão do patrimônio da União, foram entregues, no âmbito do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União (PMPGU), produtos relevantes, cabendo destacar módulos do Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUnet); o Projeto Acervo sob tutela da Superintendência do RJ; e os avanços na metodologia e captura, armazenamento e tratamento relacionadas a cartografia e geoinformação. Na busca por economia de recursos e reduzir despesas com aluguéis, o valor por venda dos imóveis sem interesse público, social e econômico dobrou e as alienações atingiram a marca de R\$ 180 milhões.

No campo da política externa, com o objetivo de contribuir para a abertura da economia brasileira, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) orientou a atuação internacional do Brasil em 2019 com vistas ao fortalecimento da integração do país às cadeias transnacionais de valor, de modo a incrementar a produtividade e a competitividade da economia brasileira.

O Brasil definiu como prioridade o processo de acesso à OCDE. Sobre esse processo, acelerado pelo respaldo norte-americano, o Conselho Brasil-OCDE, criado em 2019, continuará a aperfeiçoar o exercício de coordenação da participação brasileira nos foros e instâncias da Organização. O Conselho é o órgão colegiado de coordenação política e estratégica para a preparação do processo de acesso do Brasil à Organização e, também, para a coordenação do engajamento do país como não membro até a conclusão do referido processo. Integram o Conselho o Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República (com a função de coordenador) e os Ministros das Relações Exteriores, da Economia e da Secretaria-Geral da Presidência da República. Em desenvolvimento paralelo, o Brasil registrou-se, ao longo de 2019, para participar de quase 400 reuniões da OCDE em variados temas, o que aumentou a familiaridade com a agenda da Organização e intensificou a convergência com seu marco normativo, que deverá contribuir para a melhora da definição e da execução de políticas públicas no Brasil.

Ainda no que se refere à política externa, o Governo esteve presente em várias frentes de atuação. No âmbito da Abertura Comercial foram concluídas, na esfera do MERCOSUL, negociações comerciais com grandes parceiros como a União Europeia e a Associação Europeia para o Livre Comércio (EFTA). Ambos os acordos, uma vez em vigor, resultarão em crescimento estimado de mais de US\$ 90 bilhões no PIB brasileiro em um período de 15 anos. Graças a esses acordos, as exportações brasileiras a esses mercados deverão crescer em cerca de US\$ 100 bilhões até 2035.

No âmbito da abertura comercial, merecem destaque os Acordos de facilitação de comércio e cooperação com a China, assinados durante visita presidencial àquele país e o Acordo com Fundo de Investimento Público saudita, por ocasião da visita presidencial

à Arábia Saudita, em outubro passado, para explorar oportunidades, no Brasil, de investimentos mutuamente benéficos em até US\$ 10 bilhões.

No âmbito do MERCOSUL, ocorreram algumas iniciativas importantes no período. Foi realizada a Revisão da Tarifa Externa Comum (TEC) do MERCOSUL, de modo a reduzir impostos sobre comércio de produtos e baratear bens e insumos e o Acordo de Facilitação de Comércio, com o objetivo de simplificar e harmonizar procedimentos comerciais. Outra ação foi o estabelecimento do Acordo para Reconhecimento Mútuo (ARM) de Operadores Econômicos Autorizados, em moldes similares ao instrumento firmado bilateralmente com a China, para desburocratizar o comércio entre os sócios.

Na frente da ATUAÇÃO REGIONAL, o MRE empreendeu os seguintes esforços no contexto do MERCOSUL, do Grupo de Lima, do PROSUL e do TIAR, além de avanços para a integração regional: Conformação de um novo bloco regional; o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL); o acompanhamento da transição na Bolívia iniciada em novembro; o trabalho contínuo em prol da redemocratização da Venezuela; e iniciadas as obras de construção da Segunda Ponte sobre o rio Paraná, entre o Brasil e o Paraguai.

Quanto às RELAÇÕES BILATERAIS, com os EUA, foi assinado em março, com entrada em vigor em dezembro, do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST); a Declaração Conjunta entre Brasil e Estados Unidos, para ingresso do Brasil no Programa Global Entry daquele Governo; ações no sentido de fortalecer a cooperação em defesa decorrente da designação do Brasil, pelos EUA, como aliado preferencial extra -OTAN e a conclusão, com os EUA, em 2020, do Acordo de Reconhecimento Mútuo (ARM) de Operadores Econômicos Autorizados. Podemos destacar também a Abertura, em dezembro, do escritório comercial do Brasil em Jerusalém, administrado pela Apex-Brasil e, com os países asiáticos, a abertura de novas oportunidades de investimentos em projetos de infraestrutura no Brasil pelos empresários japoneses. Com relação a China também houve avanços na área de ciência e tecnologia e cooperação espacial, com especial destaque para o lançamento do satélite CBERS-4A.

Finalmente dentro da concertação multilateral, O Brasil assumiu, em 2019, a presidência de turno do BRICS e isso ajudou a fortalecer o papel do Brasil no agrupamento, ao colocar o país em posição de facilitador da coordenação política e de propulsor do avanço da cooperação em diversas áreas.

No período de 2016 a 2019, a estratégia adotada para a evolução da Política Nacional de Defesa foi a priorização dos projetos estratégicos dos três comandos militares. Essa priorização considera o fato que esses projetos incluem transferências de tecnologia importantes para a evolução da Base Industrial de Defesa.

Exemplos são os conhecimentos adquiridos para desenvolver e fabricar aeronaves, processo que continua com os contratos de aquisição de caças multipropósito (FX-2) e de desenvolvimento do cargueiro tático KC-390, assim como, com os contratos para desenvolvimento e construção de submarinos convencionais e de propulsão nuclear, ambas tecnologias de ponta que contribuem para a autonomia do Brasil em áreas estratégicas, além de colaborar para o desenvolvimento do país.

Em 2019, os principais destaques setoriais foram avanços na operacionalidade e aparelhamento das Forças Armadas; no monitoramento do espaço terrestre, aéreo e das águas jurisdicionais, além do desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID).

Quanto ao aparelhamento, os comandos passaram a dispor de quantidade maior de navios, aeronaves, viaturas e sistemas, mediante processos aquisitivos ou de modernização.

O índice de operacionalidade da força terrestre, que era de 45%, em 2015, ao final do plano atingiu 74,4%; o de disponibilidade da frota da Força Aérea Brasileira passou de 40,11% em 2015 para 40,64% em 2019; enquanto o índice de monitoramento do espaço aéreo se manteve em 93,13% no período, patamar adequado para a cobertura do espaço aéreo brasileiro nos padrões atuais.

Já o índice dos meios operativos da Marinha, apresentou o resultado de 47%, ligeira redução frente ao índice de 48% apurado em 2015. Por fim, o índice de participação da base industrial de defesa no PIB, evoluiu de 0,15% em 2015 para 0,17% em 2019, dado o volume de autorizações de exportação de produtos de defesa de US\$ 1,2 bilhão.

Em 2019, o governo continuou estimulando o desenvolvimento regional e territorial, atuando em várias escalas, com a articulação de ações que promovam melhor distribuição da ação pública e dos investimentos no Território Nacional, tendo como foco a atuação em territórios selecionados, com a articulação de políticas públicas e o apoio ao desenvolvimento econômico. Neste ano foi instituído novo marco legal para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, por meio do Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019. Em relação à inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras priorizadas pela PNDR, destaca-se a implantação de dezesseis novos Polos no âmbito da iniciativa Rotas de Integração Nacional: Rotas do Açaí, da Biodiversidade, do Cordeiro, da Economia Circular, da Fruticultura, do Leite, do Mel e da Tecnologia da Informação e Comunicação. Ademais, foi alcançada a marca de dez rotas estruturadas e em atividade, que representa a superação em 100% da meta originalmente estabelecida.

Como principais resultados dos programas de financiamento e investimento, os Fundos Constitucionais, que buscaram incentivar o setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, totalizaram, em 2019, recursos da ordem de R\$ 44,7 bilhões. Em 2019, foram registrados investimentos de R\$ 7,7 bilhões na Região Norte, por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), R\$ 29,4 bilhões na Região Nordeste, vindos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e R\$ 7,6 bilhões no Centro-Oeste, oriundos do Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

O PPA 2016-2019 inclui um programa especial relacionado aos oceanos, zona costeira e Antártica, cujo escopo não se limita ao mar territorial, à zona econômica exclusiva e à plataforma continental, abrangendo espaços marítimos de interesse do país em águas internacionais e na Antártica

Em 2019, houve continuidade nas pesquisas científicas no mar e ilhas oceânicas, no monitoramento oceanográfico e climatológico, na presença física na Amazônia Azul e Antártica, das atividades de gerenciamento costeiro e pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos do mar e da Antártica e do potencial mineral e biológico na plataforma continental e áreas internacionais.

Destacam-se o êxito das atividades para redefinir o limite exterior da plataforma continental brasileira perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental –

CLPC, que simultaneamente projetou o Brasil à vanguarda da pesquisa em oceano profundo.

A proposta de limites contida na Submissão Parcial Revista da Região Sul de 2018, foi aprovada pela CLPC em 2019. Continuam em análise a Submissão Parcial Revista da Região Equatorial e a Submissão Parcial Revista da Região Oriental/Meridional, incluindo a Elevação do Rio Grande. Desse modo, a área total reivindicada pelo Brasil para além das 200 milhas náuticas foi elevada para 2 milhões de Km², em comparação aos 960 mil Km² inicialmente reivindicados em 2004.

Outro destaque em 2019 foi a conclusão da nova Estação Antártica Comandante Ferraz, com inauguração realizada em Jan/2020, e o aumento significativo na taxa de atendimento logístico de pesquisas na Antártica, ultrapassando a meta e atingindo 84,97%.

A política nacional de atividades nucleares tem como objetivos gerais assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia. Além disso, deve atender ao mercado nacional de combustível nuclear, assim como fornecer equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.

Em particular, na área da Saúde, com relação ao fornecimento e capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos a meta prevista para o ciclo do PPA 2016-2019 era de atingir 20% de execução física do Reator Multipropósito Brasileiro - RMB e até 2019 foi possível atingir o montante de 22,3 % da implantação do empreendimento.

Cabe ressaltar que o Brasil possui hoje 16 ciclotrons dedicados à produção de radioisótopos de meia vida curta, sendo 4 da CNEN e 12 da iniciativa privada e que garantem o atendimento a aproximadamente 200 clínicas que realizam exames de radiodiagnóstico utilizando equipamentos PET/CT de última geração. A taxa do ciclo do combustível nuclear com processo de produção nacional, evoluiu de 72,5 ao final de 2018, para 75,1% ao final de 2019.

Quanto ao ciclo para produção do combustível nuclear, a meta foi ultrapassada com atingimento de 10,8%, em função inauguração da Cascata 8, ao final de novembro de 2019, tendo a Usina de Enriquecimento de Urânio atingido uma capacidade nominal instalada de cerca de 54.000 kg UTS/ano. Ainda neste exercício, foram produzidos 88 Elementos Combustíveis. Desta forma, durante a vigência do PPA 2016-2019, foram produzidos 317 elementos combustíveis, consolidando-se atendimento integral às demandas dos reatores em operação de Angra.

Outra área importante atendida foi a do sistema de regulação e segurança das atividades do setor nuclear em que foram atendidos 26 novos empreendimentos em 2019. Na área de pesquisa em ciência e tecnologia nucleares e aplicações para diversos usos, em 2019 foram publicados aproximadamente 440 artigos em periódicos indexados. O total de publicações acumulado no período de 2016 a 2019 atingiu 1.366 artigos, o que representa 115% do total previsto para o ciclo PPA 2016-2019.

Outra ação importante diz respeito a proteção do público, dos trabalhadores e do meio ambiente. Esse trabalho visa fortalecer as atividades de proteção por meio de ações de proteção radiológica, gerenciamento de rejeitos radioativos e respostas a situações de emergência. A principal meta para esse objetivo era de atingir 15% da implantação do Repositório Nacional para Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação – RBMN, meta essa que foi ultrapassada em 2019 com o alcance de 18% do nível de implantação do projeto.

Finalmente com relação aos equipamentos pesados para a indústria merecem destaque algumas obras em andamento no período: (i) finalização da construção de 4 Cascos Resistentes de Submarinos Convencionais para a Marinha do Brasil, com 100% de conclusão; (ii) fornecimento/fabricação de 3 Condensadores para a Usina Nuclear de Angra III, com avanço na prontificação de 90,2%; (iii) fornecimento/fabricação de 8 Acumuladores para Usina Nuclear de Angra-III, com avanço na prontificação de 98,6%; (iv) fornecimento/fabricação de 1 Vaso de Pressão de reator para o Submarino Nuclear, com avanço na prontificação de 41,5%; e (v) - fornecimento/fabricação de 2 Geradores de Vapor para o Submarino Nuclear, com avanço na prontificação de 29,6%.

Em relação a política espacial brasileira destaca-se a extinção da empresa binacional *Alcantara Cyclone Space* (ACS) e a criação de um Plano Integrado de Comunicação para os órgãos que compõem o sistema espacial e de onde resultou a criação e divulgação da nova logo do PEB.

Com relação ao segmento de satélites, ao longo do ano, ressalta-se o importante trabalho de desenvolvimento do satélite de observação da Terra Amazonia-1, sendo o primeiro sistema totalmente nacional, com vistas ao lançamento previsto para o ano de 2019 ou 2020.

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL